



**ULIANA MARINHO RODRIGUES**

**DA INTOLERÂNCIA RELIGIOSA AO RACISMO RELIGIOSO:  
DESAFIOS E POSSIBILIDADES NA SALA DE AULA**

**LAVRAS – MG**

**2021**

**ULIANA MARINHO RODRIGUES**

**DA INTOLERÂNCIA RELIGIOSA AO RACISMO RELIGIOSO:  
DESAFIOS E POSSIBILIDADES NA SALA DE AULA**

Dissertação apresentada à Universidade Federal de Lavras, como parte das exigências do Programa de Pós-Graduação do Mestrado Profissional em Educação, área de concentração em Formação de Professores, para a obtenção do título de Mestre.

**Profº Dr. Regilson Maciel Borges**

**Orientador**

**LAVRAS – MG**

**2021**

Ficha Catalográfica elaborada pelo Sistema de Geração de Ficha Catalográfica da Biblioteca Universitária da UFLA, com dados informados pela própria autora.

Rodrigues, Uliania Marinho.

Da intolerância religiosa ao racismo religioso: Desafios e possibilidades na sala de aula/Uliania Marinho Rodrigues – 2021.  
85 p. : il.

Orientador: Regilson Maciel Borges.

Dissertação (Mestrado Profissional) – Universidade Federal de Lavras, 2021.

Bibliografia.

1. Intolerância Religiosa. 2. Racismo Religioso. 3. Pedagogia das Encruzilhadas. I. Borges, Regilson Maciel. II. Título

**ULIANA MARINHO RODRIGUES**

**DA INTOLERÂNCIA RELIGIOSA AO RACISMO RELIGIOSO:  
DESAFIOS E POSSIBILIDADES NA SALA DE AULA**

**FROM RELIGIOUS INTOLERANCE TO RELIGIOUS RACISM:  
CHALLENGES AND POSSIBILITIES IN THE CLASSROOM**

Dissertação apresentada à Universidade Federal de Lavras, como parte das exigências do Programa de Pós-Graduação do Mestrado Profissional em Educação, área de concentração em Formação de Professores, para a obtenção do título de Mestre.

APROVADA em 30 de novembro de 2021.

Dr. José Bento Rosa da Silva – UFPE

Dr. Vanderlei Barbosa – UFLA



**Profº Dr. Regilson Maciel Borges**

**Orientador - UFLA**

**LAVRAS – MG**

**2021**

## AGRADECIMENTOS

Primeiramente, a Deus e aos Orixás; sobretudo, a Exu, pela realização desse Mestrado.

À minha mãe e ao meu pai (*in memoriam*), pela educação e exemplos dados, reponsáveis pela construção da pessoa que eu sou hoje.

Às pessoas que encontrei em minha caminhada nesta vida. Especialmente, àquelas que me influenciaram no processo de entendimento da mulher preta que sou – processo que continua em formação – e do reconhecimento do lugar que eu possa ocupar dentro da sociedade.

À Universidade Federal de Lavras, pela oferta de um Programa de Pós-Graduação em Educação. O ingresso na área de concentração em Formação de Professores, para obtenção do título de Mestre fará toda diferença na minha carreira profissional e no meu crescimento pessoal.

Aos colegas do mestrado. Em especial, às queridas Ana Paula, Marília e Paloma, que se tornaram minhas amigas e por tudo que compartilhamos – sempre onde eu estiver, as levarei no meus pensamentos e no meu coração.

Às professoras Luciana Rodrigues e Aline Cristina de Lima Dantas, que no início da construção deste trabalho me auxiliaram para que o mesmo ganhasse forma. A colaboração e o apoio de todas foi fundamental para a elaboração de todo o estudo.

Ao professor Regilson Maciel Borges, meu orientador, por toda paciência e por estar disponível em todos os momentos que precisei! Sua calma e sua sabedoria foram essenciais para a conclusão deste trabalho – que simboliza somente o começo de uma grande parceria acadêmica, para que trabalhos científicos futuros possam se concretizar.

Aos professores José Bento Rosa da Silva e Vanderlei Barbosa, que constituíram a minha banca examinadora. Suas contribuições foram fundamentais para o enriquecimento do trabalho final.

A todos, sou grata!

“Não me interessa amigo, a tua religião ou mesmo se tem ou não tem religião.  
O que realmente importa é a tua conduta perante o teu semelhante, tua família,  
teu trabalho, tua comunidade, perante o mundo...

Lembremos:  
O Universo é o eco de nossas ações e nossos pensamentos”.  
A Lei da Ação e Reação não é exclusiva da Física.  
Ela está também nas relações humanas.  
Se eu ajo com o bem, receberei o bem.  
Se ajo com o mal, receberei o mal.  
Aquilo que nossos avós nos disseram é a mais pura verdade:  
“terás sempre em dobro aquilo que desejares aos outros”.

(Leonardo Boff)

Qual a melhor religião?

“A melhor religião é a que mais te aproxima de Deus, do Infinito.  
É aquela que te faz melhor, mais compassivo.  
A religião que conseguir fazer isso de ti é a melhor religião”.

(Dalai Lama)

Ninguém nasce odiando outra pessoa pela cor de sua pele, ou por sua origem, ou sua religião.  
Para odiar, as pessoas precisam aprender, e se elas aprendem a odiar, podem ser ensinadas a  
amar, pois o amor chega mais naturalmente ao coração humano do que o seu oposto.  
A bondade humana é uma chama que pode ser oculta, jamais extinta.

(Nelson Mandela)

## Intolerância Religiosa

Quatro pontos têm a minha religião  
Faço deles a minha filosofia e faço deles a minha ação  
Viva, creia, ame e faça Essa é também a minha oração  
Viva a sua filosofia, ame a sua arte  
Creia na sua religião e faça a sua parte  
Mas não use a sua religião para tentar reprimir o outro  
Somos 7 bilhões de mentes no mundo  
E querer que todo mundo creia na mesma coisa,  
É no mínimo papo de louco!  
Eu respeito todos os que tem fé  
Eu respeito todos que não a tem  
Eu respeito quem crê em um Deus  
Eu respeito quem não crê em ninguém  
Eu gosto de quem tem fé no verso  
Eu gosto de quem tem fé em si mesmo  
Eu gosto de quem tem fé no universo  
Eu gosto dos que andam a esmo  
Um abraço para quem é da Ciência  
Um abraço para quem é de Deus  
Um abraço para quem é da arte  
E um abraço para quem é ateu Axé para quem é de axé  
Amém para quem é de amém  
Blessedbe para quem é de magia  
Amor para quem é do bem  
Intolerância religiosa é a própria contradição Religião vem do latim *Religare*  
Que significa união  
Então pare de dividir o mundo  
entre os que vão e os que não vão para o paraíso  
O nosso mundo está doente em tudo  
enquanto perdemos tempo brigando por isso  
Ao invés de dividir as religiões  
entre as que são do mal e as que são do bem  
Que tal botar a sua ideologia no bolso  
e ajudar aquele moço que de frio morre na rua  
desamparado e sem ninguém!  
Os grandes mestres já disseram que precisamos de união  
Então, porque não fazer do respeito  
também uma religião!

(Anamari de Souza)

## RESUMO

A presente dissertação tem como objetivo analisar o fenômeno da intolerância religiosa a partir da produção acadêmica sobre o tema, publicado sob a forma de teses e dissertações, bem como na incursão da pesquisadora em terreiros da cidade de Bambuí-MG. Pretendeu mostrar que a expressão ‘intolerância religiosa’ não dá conta de todos os processos de violência e perseguição pelos quais passam as pessoas iniciadas em religiões de matriz africana. Em um contexto social em que se pode perceber a reatualização da estrutura colonial, buscou-se bases teóricas que permitissem afirmar que o racismo é o principal elemento que contribui para a exclusão de religiões de matrizes africanas e para a discriminação de seus adeptos. Na busca de lançar uma proposta educativa que transgrida o modelo de educação que ainda é permeado por uma lógica cristã, encontrou-se nos fundamentos da Pedagogia das Encruzilhadas uma possibilidade assertiva em prol da luta contra o racismo religioso no espaço escolar. Como aporte teórico foram utilizados estudos de autores que possuem filiação com as pesquisas sobre racismo religioso na escola, tais como Sidnei Nogueira e Patrício Carneiro. Considerando os aspectos de realização de uma pesquisa bibliográfica, elegeu-se como base de dados para consulta o banco de Teses e Dissertações da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), mediante os seguintes descritores: intolerância religiosa, escola e racismo religioso. Foram selecionados cinco trabalhos, sendo uma tese e quatro dissertações, defendidas no período de 2015 a 2019. Enquanto resultado, apresentou-se um capítulo sobre a intolerância religiosa nas produções acadêmicas, e uma discussão sobre a intolerância religiosa foi tecida a partir dos trabalhos de referência, sendo identificadas e elencadas as propostas de combate ao fenômeno, segundo os autores analisados. Além disso, mostrou-se a incursão da pesquisadora nos terreiros da cidade de Bambuí-MG e a visão da mesma sobre as possibilidades de prática de combate ao racismo religioso através da didática da Pedagogia das Encruzilhadas. Os resultados permitiram inferir que o racismo é o principal elemento que contribui para a exclusão de religiões de matrizes africanas e seus adeptos na escola, e que alguns outros fatores corroboram para que o processo do racismo religioso ocorra nesse ambiente: os ideais eurocêntricos-cristãos, que ainda são muito fortes dentro desses espaços; a falta de conhecimento sobre as religiões de matriz africana por parte da comunidade escolar; a colonização do saber; a formação do profissional da educação nas universidades; a falta de formação continuada voltada para essa temática, que dever-se-ia ser ofertada aos professores da educação básica; e a dificuldade de aplicabilidade da Lei 10.639/03 (para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática História e Cultura Afro-Brasileira) nas escolas.

**Palavras-chaves:** Intolerância Religiosa. Racismo Religioso. Escola. Pedagogia das Encruzilhadas.

## ABSTRACT

This dissertation aims to analyze the phenomenon of religious intolerance from the academic production on the subject, published in the form of theses and dissertations, as well as the researcher's incursion into terreiros in the city of Bambuí-MG. She intended to show that the expression 'religious intolerance' does not account for all the processes of violence and persecution that people initiated in religions of African origin go through. In a social context in which it is possible to perceive the re-updating of the colonial structure, theoretical bases were sought that would allow us to affirm that racism is the main element that contributes to the exclusion of religions of African origins and to the discrimination of their adherents. In the search to launch an educational proposal that transgresses the education model that is still permeated by a Christian logic, we found an assertive possibility in the Pedagogy of the Crossroads in favor of the fight against religious racism in the school space. As a theoretical contribution, studies by authors who are affiliated with research on religious racism at school, such as Sidnei Nogueira and Patrício Carneiro, were used. Considering the aspects of carrying out a bibliographic research, the database of Theses and Dissertations of the Coordination for the Improvement of Higher Education Personnel (CAPES) was chosen as a database for consultation, using the following descriptors: religious intolerance, school and religious racism. Five works were selected, one thesis and four dissertations, defended from 2015 to 2019. As a result, a chapter on religious intolerance was presented in academic productions, and a discussion on religious intolerance was woven from the works of reference, being identified and listed the proposals to combat the phenomenon, according to the analyzed authors. In addition, the researcher's incursion into the terreiros of the city of Bambuí-MG and her view on the possibilities of practice of combating religious racism through the didactics of the Pedagogy of the Crossroads were shown. The results allowed us to infer that racism is the main element that contributes to the exclusion of African-based religions and their adherents at school, and that some other factors support the process of religious racism in this environment: Eurocentric-Christian ideals, that are still very strong within these spaces; the lack of knowledge about African-based religions on the part of the school community; the colonization of knowledge; the training of education professionals in universities; the lack of continuing education focused on this theme, which should be offered to basic education teachers; and hinders the applicability of Law 10.639/03 (to include in the official curriculum of the Education Network the compulsory theme of Afro-Brazilian History and Culture) in schools.

**Keywords:** Religious Intolerance. Religious Racism. School. Pedagogy of the Crossroads.

## **LISTA DE FIGURAS**

Figura 1 – Síntese do aumento de violência religiosa, segundo denúncias.....	14
Figura 2 – Identificação de casos de ataques às religiões de matriz africana.....	14
Figura 3 – Incêndio criminoso em um terreiro do Rio de Janeiro/RJ.....	15

## LISTA DE SIGLAS

ACN	<i>Aid to the Church in Need</i>
CAPES	Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
CDHM	Comissão dos Direitos Humanos e Minorias
CEPLIR	Centro de Promoção da Liberdade Religiosa
CF	Constituição Federal
CRE	Coordenadoria Regional de Ensino
CTTro	Comunidade Tradicional de Terreiro
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IURD	Igreja Universal do Reino de Deus
MEC	Ministério da Educação
ONU	Organização das Nações Unidas
PNLD	Programa Nacional do Livro e do Material Didático
SECAD	Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão

## SUMÁRIO

<b>1 INTRODUÇÃO .....</b>	<b>12</b>
<b>2 RAÇA, RACISMO, E RACISMO ESTRUTURAL: QUESTÕES CONCEITUAIS... 26</b>	
2.1 Sobre o conceito de raça.....	26
2.2 Entendendo o racismo .....	32
2.3 Racismo estrutural .....	34
2.4 Raça e sua relação com a colonialidade do poder.....	37
2.5 O racismo religioso .....	40
<b>3 INTOLERÂNCIA RELIGIOSA NO BRASIL: CONCEITOS E CARACTERÍSTICAS</b> .....	<b>43</b>
3.1 Intolerância religiosa: uma análise conceitual.....	43
3.2 Uma breve história sobre a intolerância religiosa .....	48
3.3 Intolerância religiosa no Brasil .....	49
<b>4 A INTOLERÂNCIA RELIGIOSA NAS PRODUÇÕES ACADÊMICAS .....</b>	<b>54</b>
4.1 A discussão sobre intolerância religiosa nas produções acadêmicas pesquisadas.....	57
4.1.1 A intolerância religiosa sob a perspectiva dos autores nos trabalhos pesquisados .....	57
4.1.2 Os casos de intolerância religiosa citados nos trabalhos pesquisados .....	59
4.1.3 As propostas de combate a intolerância religiosa elencadas nas pesquisas .....	61
4.2 Conhecendo os terreiros em Bambui/MG .....	64
4.3 Possibilidades de práticas de combate ao racismo religioso no espaço escolar .....	67
4.4 Exu x Educação – uma proposta pedagógica: a Pedagogia das Encruzilhadas.....	72
<b>5 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>76</b>
<b>REFERÊNCIAS.....</b>	<b>79</b>
<b>APÊNDICE – UMA PROPOSTA DIDÁTICA SOB A PERSPECTIVA DA PEDAGOGIA</b> <b>DAS ENCRUZILHADAS .....</b>	<b>84</b>

## 1 INTRODUÇÃO

A escola é um espaço democrático e, sendo assim, a garantia de uma educação pluralista é um dever; porém, tal afirmação é utópica se analisarmos de forma reflexiva a forma de como ocorrem as vivências e práticas pedagógicas dos professores na escola.

Enquanto instituição formadora, tem um importante papel na constituição identitária do sujeito, e como função instrumentalizar o mesmo – entendido aqui, como ser social, que estabelece múltiplas relações para produzir e reproduzir sua vida em sociedade.

Uma escola preocupada com a formação cidadã precisa estabelecer a leitura da organização da sociedade, compreender os princípios que a regem e definir o processo educativo para os sujeitos a partir de sua historicidade, pois, o conhecimento não é dado a priori, não é algo natural, ele deve ser conquistado.

Atualmente, é emergente a presença de reflexões, discussões e propostas de alternativas sobre a formação de formadores, principalmente aquelas que resgatam junto à trajetória da história da educação e as políticas referentes a essa formação, os caminhos já vividos, as alternativas idealizadas, propostas não concretizadas, os entraves, os avanços, os problemas, a ausência de ideias, as concepções frente a uma realidade ainda distante de soluções universais, os projetos políticos coerentes com os problemas apresentados pela realidade educacional atual.

A presente pesquisa é fruto de reflexões que se iniciaram a partir de um episódio ocorrido no ano de 2018 – e que pretendo detalhar ainda no decorrer dessa introdução, durante as vivências pedagógicas do meu fazer docente, em uma escola estadual no município mineiro de Bambuí, cidade onde resido e atuo como professora de História na educação básica. Mas, antes do detalhamento, acredito ser necessário abordar sobre informações relevantes para iniciarmos o assunto sobre a intolerância religiosa no ambiente escolar.

Acredito ser necessário recorrer, inicialmente, ao principal documento existente no território nacional: a Constituição Federal (CF) – carta que organiza e constitui o Estado e seus Poderes, e protege os direitos individuais e sociais dos brasileiros natos, naturalizados e estrangeiros em trânsito e garante o exercício da cidadania da população.

A CF de 1988 trouxe em seu Título II: Dos direitos e garantias fundamentais, Capítulo I: Dos direitos e deveres individuais e coletivos, o seguinte:

Art. 5º – Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a

inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade, nos termos seguintes:

VI - é inviolável a liberdade de consciência e de crença, sendo assegurado o livre exercício dos cultos religiosos e garantida, na forma da lei, a proteção aos locais de culto e a suas liturgias.

VIII - ninguém será privado de direitos por motivo de crença religiosa ou de convicção filosófica ou política, salvo se as invocar para eximir-se de obrigação legal a todos imposta a recusar-se a cumprir prestação alternativa, fixada em lei (BRASIL, 1988, p.1).

Apesar da CF/88 dar a garantia e o direito individual e coletivo ao indivíduo, para que o mesmo pratique com liberdade suas crenças, o que percebemos é que a intolerância religiosa/racial ainda é praticada nos dias de hoje, mesmo havendo leis que previnem punições contra este ato, que é caracterizado como crime.

Art 19º - É vedado à União, aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios:  
I- estabelecer cultos religiosos ou igrejas, subvencioná-los, embaraçar-lhes o funcionamento ou manter com eles ou seus representantes relações de dependência ou aliança, ressalvada, na forma da lei, a colaboração de interesse público; (BRASIL, 1988, p.1).

Quando comecei a pesquisar a respeito, pude constatar que quando tratamos do assunto intolerância religiosa, a problemática está centrada no social; ou seja, na relação às questões étnica e religiosa que caminham juntas - pois, a religião mais perseguida é a de cultura negra, constituindo assim uma expressão do racismo.

Pesquisando sobre o tema no *site* da câmara legislativa, encontrei um documento que foi encaminhado no dia 31 de julho de 2020, à E.Tendayi Achiume - então, a atual relatora especial sobre Racismo, Discriminação Racial, Xenofobia e Intolerância, na Organização das Nações Unidas (ONU).

O documento, intitulado Ofício nº 386/2020-P (BRASIL, 2020), foi elaborado pelo presidente da Comissão dos Direitos Humanos e Minorias, no Congresso Nacional, deputado Helder Salomão, juntamente com parlamentares e demais entidades da sociedade civil. Nele, existem dados recentes sobre os casos de intolerância religiosa no Brasil. De acordo com o Disque Direitos Humanos (Disque 100), gerido pelo Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos, o número de denúncias de discriminação religiosa contra terreiros e adeptos de religiões de matriz africana como a Umbanda e o Candomblé cresceram no Brasil entre 2018 e 2019 - foram cerca de 211 casos em 2018, contra 354 casos em 2019, representando um crescimento de 56% no país.

O referido documento sintetiza o aumento da violência religiosa através das denúncias

formuladas no Disque 100 no primeiro semestre de cada ano (BRASIL, 2020). A síntese foi publicada durante o mês de janeiro no portal Brasil de Fato (2020) – como mostram as Figuras 1 e 2.

Figura 1 – Síntese do aumento de violência religiosa, segundo denúncias

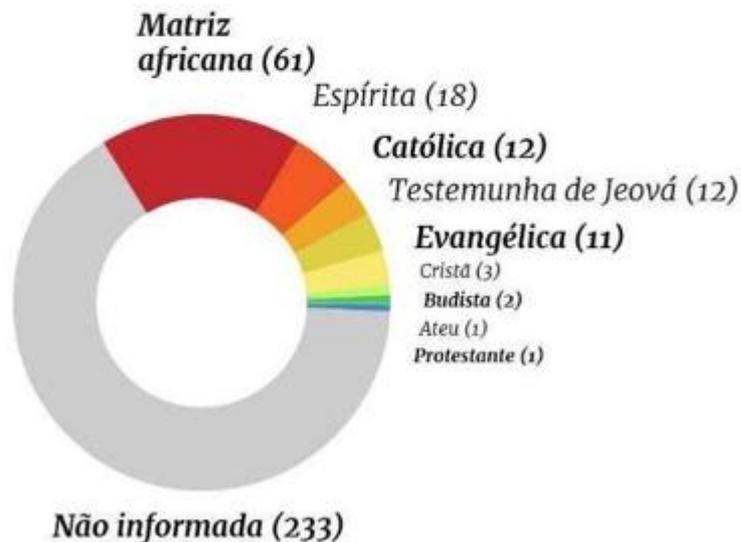


Fonte: Brasil de Fato (2020, p.1)

Figura 2 – Identificação de casos de ataques às religiões de matriz africana

**Nos casos identificados, ataques a religiões de matriz africana são os mais numerosos**

Fonte: Balanço Disque 100 – Ministério da Mulher, Família e Direitos Humanos



Fonte: Brasil de Fato (2020, p.1)

Ainda, segundo o portal Brasil de Fato (2020), entre janeiro de 2015 e o primeiro semestre de 2017, o Brasil registrou uma denúncia de intolerância religiosa a cada 15 horas, onde a maioria das vítimas de intolerância são de religiões de matriz africana, com 39% das denúncias. Lideram o *ranking*: umbanda (26 casos), candomblé (22) e as chamadas matrizes africanas (18), seguidas por católicas (17) e evangélicas (14).

Outro dado considerado como relevante, mediante as pesquisas realizadas, foi o índice crescente de ataques e destruição de terreiros de Umbanda e Candomblé – principalmente nos estados do Rio de Janeiro e Bahia. O portal Brasil de Fato (2020) acredita que o número de ataques se concentre em tais estados, a partir das ocorrências registradas, pelo número maior de adeptos das religiões de matriz africana. Um exemplo foi destacado, registrando um incêndio criminoso em um terreiro no Rio de Janeiro/RJ que estava com atividades suspensas em função do decreto de isolamento social devido à pandemia do Covid-19 – como mostra a Figura 3.

Figura 3 – Incêndio criminoso em um terreiro do Rio de Janeiro/RJ



Fonte: Brasil de Fato (2020)

O documento (Ofício nº 386/2020-P) também denuncia que no ano de 2019, o relatório do Disque 100 sequer traz informações de discriminação religiosa e cita que pediu esclarecimentos a respeito; porém, que esses não haviam sido respondidas até aquela data – 31 de julho de 2020 (BRASIL, 2020).

Ainda, delata várias outras questões a respeito da temática; mas, para a presente dissertação achei prudente trazer apenas os dados estatísticos sobre o aumento dos casos de intolerância religiosa no Brasil. A presidência do Comissão dos Direitos Humanos e Minorias (CDHM), finaliza o documento solicitando a manifestação da relatora da ONU quanto ao esclarecimento de quais parâmetros internacionais devem ser obedecidos e quais estão sendo desrespeitados diante do exposto no documento e solicita a visita da relatora ao país (BRASIL, 2020).

Ao acessar o *site* do Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos (BRASIL, 2021), para procurar dados no ano de 2021 a respeito das denúncias sobre intolerância religiosa no estado de Minas Gerais, constatei, através de um atendimento via *chat*, que essas informações não são públicas e que para ter acesso a elas é preciso encaminhar um *email* para a ouvidoria do referido Ministério. Assim, como orientado, um *email* foi redigido e encaminhado; contudo, sem retorno até o momento de redação desta dissertação e tratamento dos dados coletados para as discussões propostas.

Antecedendo a justificativa da escolha do tema para a pesquisa na presente dissertação, acredita-se ser necessário conhecer a breve biografia da pesquisadora para compreender a sua relação com o mesmo. Assim, as próximas linhas ocupam-se do entendimento (da narrativa) de sua experiência com o sabrado e sobre o quanto tal experiência ocupa espaço importante na sua trajetória pessoal.

Durante toda a minha vida, o catolicismo está presente nela. No processo de alfabetização, ainda aos 7 anos de idade, fui matriculada em uma escola católica; ou seja, minha primeira professora foi uma freira. Aos 16 anos, assim que terminei os estudos na antiga 8ª série, saí de casa pra morar em Brasília/DF, em um pensionato de freiras, onde minha tia era diretora. Morei lá durante 2 anos, juntamente com outras 13 meninas. Foi nessa época que despertei o gosto por cantar em corais na igreja. Tínhamos um coral que cantava na missa aos domingos. Ainda hoje, canto no coral da igreja que frequento; sou salmista.

Nesse período, participei de muitos encontros de jovens, festivais de música católicos, retiros espirituais; íamos em muitas festas e em seminários e, desta forma, meu círculo social era basicamente formado por pessoas ligadas à igreja.

Dos sacramentos que iniciam a vida cristã de um indivíduo, de acordo com os ensinamentos da Igreja Católica, eu já passei por três deles: Batismo, Eucaristia e Crisma. Nunca questioneei o fato de ser educada dentro dos preceitos do catolicismo e nunca pensei em conhecer outra crença religiosa. Então, o que posso afirmar, até aqui, é que não conheço outra realidade ou experiência religiosa que não esteja ligada a religião cristã.

É interessante colocar essa informação em evidência, porquê ela me leva à outra questão curiosa: ainda cursando as aulas durante o primeiro ano do mestrado e em contato com os colegas do curso, frequentemente conversávamos sobre os temas que iríamos escrever em nossas dissertações e, quando eu falava da minha proposta em abordar sobre intolerância religiosa com as religiões de matriz africana no contexto escolar, muitos pressupunham que eu era iniciada em uma religião de matriz africana – e acredito que isso ocorria pelo fato de eu ser preta.

Registra-se que na bibliografia sobre a temática a ser estudada, constatei que a maioria dos autores e pesquisadores, pertencem a alguma dessas religiões; então, será um grande desafio escrever sobre essa temática, sendo cristã e não estando no ‘meu lugar de fala’.

Minha visão e posicionamentos sobre a Igreja Católica mudaram a partir do momento em que concluí o nível superior no curso de Licenciatura em História. A partir de então, comecei a questionar a igreja enquanto instituição; porém, com o amadurecimento, percebi que a fé está acima de qualquer coisa, inclusive do comportamento dos homens dentro dessa instituição. Hoje, tenho profunda admiração e respeito pelo trabalho do Papa Francisco, autoridade máxima da Igreja Católica Apostólica Romana.

Como citei ainda no início desta introdução, um episódio ocorrido durante minha prática docente no ano de 2018, na escola onde atuo, me despertou um olhar mais crítico sobre como a escola trata e se posiciona quanto às questões sobre intolerância religiosa.

O episódio em questão ocorreu em uma das aulas que ministrava na turma do 7º ano do Ensino Fundamental II. Naquele dia, estudávamos o capítulo do livro didático referente à História da África. Nele, dentre alguns textos complementares, um falava sobre a cultura iorubá e como ocorreu o surgimento do mundo, segundo tal cultura. O texto dizia que para os iorubás, o mundo e tudo que existe nele, passou a existir a partir do ciscar de uma galinha preta. A partir daí, o texto explicitava a importância sagrada desse animal para a cultura iorubá.

Achei interessante a leitura do texto e aproveitei o momento em que estava ministrando uma aula sobre a África – assunto que os livros didáticos só passaram a trazer após a implantação da Lei 10.639/03 (BRASIL, 2003)<sup>1</sup> –, para falar um pouco sobre a religiosidade dos povos africanos, visando os alunos tomassem conhecimento das diferentes visões e interpretações religiosas que explicam o surgimento do mundo.

Após a leitura do referido texto, vieram falas de teor racista por parte dos alunos:

---

<sup>1</sup> Altera a Lei n. 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática História e Cultura Afro-Brasileira, e dá outras providências

- “Credo professora, galinha preta? É macumba!” (ALUNO A, 2018).
- “Lá perto da minha casa tem um lugar onde as pessoas fazem macumba, professora!” (ALUNO B, 2018).
- “Outro dia, eu estava andando de bicicleta lá perto do aeroporto e aí no caminho eu encontrei uma galinha preta com as patas amarradas e um monte de velas acesas e comida juntas, era macumba, quando vi, sai correndo, professora!” (ALUNO C, 2018).

Estávamos já no 3º horário. Após o fim dessa aula, os alunos iriam para o recreio. Logo o sinal bateu e todos saíram da sala correndo; exceto um aluno, que ficou e se aproximou pra me dizer que ele pertencia a esta religião da galinha preta – foi assim que ele se referiu à religião, e me mostrou em seguida a sua guia (nome do colar utilizado por médiuns e filhos da casa a qual ele pertence e que representa o orixá que o protege), que trazia escondido por dentro da camiseta de uniforme.

Quando perguntei sobre o motivo que a guia estava por dentro da camiseta, ele respondeu que não queria que ninguém a visse, porquê senão iriam chamá-lo de ‘macumbeiro’ – algo que ele não gostava de ser chamado; ou seja, ele estava com medo dos ataques racistas e preconceituosos que sofria dos colegas na escola.

Constatei naquele momento, a partir destas falas e da cena detalhada, que devo fazer algo para mudar essa realidade de intolerância que ocorre no cotidiano da instituição onde atuo – e que até então, para mim era inexistente –, e assim encontrar práticas educativas que visem contribuir para que tais intolerâncias não ocorram no espaço escolar.

Pesquisar sobre a intolerância religiosa – sobretudo, as religiões de matriz africana –, no contexto escolar, é um grande desafio para esta discente, porquê passa por questões que vão desde o meu autoconhecimento e a formação da minha identidade como mulher preta; algo que só foi despertado em mim por volta do ano de 2018 e que ainda está em construção.

Foi necessário me reconhecer em tal lugar para, só depois, conseguir observar, no meu espaço de trabalho, situações que configuravam a intolerância acerca das religiões africanas e chegam até a questão da minha formação religiosa – que me faz enveredar por terrenos de veras movediços, uma vez que, o total desconhecimento sobre o escopo das religiões de matriz africana me levam para um lugar de fala que não é meu, o que considero ser algo perigoso, pois, a intenção deste trabalho é encontrar soluções para o problema apresentado.

Entendendo que no Programa de Pós Graduação em Educação oferecido pela Universidade Federal de Lavras será possível, a partir da minha pesquisa, problematizar e aprofundar questões que contribuam para colocar em pauta a temática no meio acadêmico e no cotidiano escolar (por meio de minha prática enquanto docente), originou-se o problema de

pesquisa desta dissertação que partiu do seguinte questionamento: como a produção acadêmica tem discutido a questão da intolerância religiosa pontuando os casos analisados e quais as perspectivas do combate ao racismo religioso na sala de aula?

Assim, objetivo geral é analisar o fenômeno da intolerância religiosa, a partir da produção acadêmica sobre o tema, publicado sob a forma de teses e dissertações, bem como na incursão da pesquisadora em terreiros da cidade de Bambuí-MG. Para o seu cumprimento, elencam-se os seguintes objetivos específicos: levantar questionamentos que levem a comunidade escolar a refletir sobre o ensino em torno das religiões de matriz africana na prática escolar; combater as influências que conduzem ao temor e a exclusão dos demais, algo que só é possível a partir da adoção de novas práticas educação no espaço escolar; propor estratégias pedagógicas que visem o combate ao racismo religioso no espaço escolar.

Quanto ao percurso metodológico, utilizamos Minayo (2001), que afirma que é a metodologia que explicita as opções teóricas fundamentais, expõe as implicações do caminho escolhido para assim compreender determinada realidade e o homem em relação com ela. Desta forma, para a produção de trabalhos científicos/acadêmicos é fato pressupor o tipo de metodologia de pesquisa a ser utilizado, sendo ela quem delimitará e dará sentido sobre as formas necessárias para que qualquer pesquisador lance mão de sua investigação com vistas à responder aos seus objetivos elencados.

Sabe-se que nas Ciências Sociais, a metodologia de pesquisa pode ser de natureza qualitativa e/ou quantitativa, dependendo do objetivo a que o pesquisador se propõe. Afirma-se então que a metodologia de pesquisa desta dissertação é de natureza qualitativa. Segundo Godoy (1995), uma pesquisa de caráter qualitativo investiga a relação do homem e sua interação social, sendo considerado em sua integralidade no contexto em que ocorre e fazendo assim, uma análise do fenômeno a partir do olhar dos envolvidos.

Em relação ao tipo, optamos pela realização de uma pesquisa de cunho bibliográfico. Gil (2008), nos traz a importância da pesquisa bibliográfica dentro de uma pesquisa qualitativa, quando destaca a importância da análise de materiais já elaborados – como livros e artigos científicos.

[...] a principal vantagem da pesquisa bibliográfica reside no fato de permitir ao investigador a cobertura de uma gama de fenômenos muito mais ampla do que aquela que poderia pesquisar diretamente. Essa vantagem torna-se particularmente importante quando o problema de pesquisa requer dados muito dispersos pelo espaço. Por exemplo, seria impossível a um pesquisador percorrer todo o território brasileiro em busca de dados sobre população ou renda per capita; todavia, se tem a sua disposição uma bibliografia adequada,

não tem maiores obstáculos para contar com as informações requeridas. A pesquisa bibliográfica também é indispensável nos estudos históricos. Em muitas situações, não há outra maneira de conhecer os fatos passados se não com base em dados bibliográficos (GIL, 2002, p.3).

Considerando os aspectos de realização de uma pesquisa bibliográfica, escolhemos como base de dados para consulta o banco de Teses e Dissertações da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), tendo como descritores de busca as palavras: intolerância religiosa e escola.

Durante o levantamento, observou-se um número vasto de trabalhos que abordam o tema; porém, selecionei apenas cinco – aqueles que deram enfoque a esse tipo de intolerância no ambiente escolar. Entre os trabalhos selecionados, está uma tese e quatro dissertações, defendidas entre os anos de 2015 a 2019.

Após a coleta dos dados, a etapa seguinte foi a análise e interpretação do material coletado na pesquisa bibliográfica. Para tanto, utilizou-se a análise de conteúdo calcada na proposta de Bardin (2011). Na prática, a análise de conteúdo existe desde a antiguidade, quando a humanidade tentava interpretar os livros sagrados, sendo sistematizada como método a partir da década de 20. Sua definição academico-científica surgiu no final dos anos 40-50; mas, foi somente em 1977, que Bardin, ao lançar a obra *Analyse de Contenu*, configura em detalhes o método, servindo de orientação até os dias atuais.

A análise de conteúdo designa um conjunto de técnicas de análise das comunicações visando a obter, por procedimentos sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo das mensagens, indicadores (quantitativos ou não) que permitam a inferência de conhecimentos relativos às condições de produção/recepção (variáveis inferidas) destas mensagens (BARDIN, 2011, p. 47).

Godoy (1995) salienta que a análise de conteúdo, segundo a perspectiva de Bardin, consiste em uma técnica metodológica que se pode aplicar em discursos diversos e a todas as formas de comunicação, seja qual for a natureza do seu suporte. Nessa análise, o pesquisador busca compreender as características, estruturas ou modelos que estão por trás dos fragmentos de mensagens tornados em consideração. Ainda segundo o autor, o esforço do analista é, então duplo: entender o sentido da comunicação, como se fosse o receptor normal e, principalmente, desviar o olhar, buscando outra significação, outra mensagem passível de se enxergar por meio ou ao lado da primeira.

Para a organização e apresentação das informações presentes neste trabalho – ou seja, para a análise –, as contribuições dos cinco autores selecionados (entre a tese e as dissertações)

que estudam o fenômeno da intolerância religiosa nos diversos espaços sociais foram essenciais para o embasamento teórico-bibliográfico da pesquisa. É com base nesse referencial teórico, que pretendo debater e refletir sobre essa prática no contexto escolar e procurar estratégias pedagógicas que possam contribuir para que ela não ocorra mais no referido espaço.

A outra etapa da pesquisa, consistiu-se no conhecimento dos espaços onde ocorrem os rituais das religiões de matriz africana – os terreiros, da cidade de Bambuí, local onde moro e trabalho. Essa ação foi importante dentro da pesquisa, pois é um lugar desconhecido pra mim, reafirmando não ser a crença que eu professo.

Queria estar inserida dentro da pesquisa como um todo e não só falar a respeito das religiões de matriz africana como uma pesquisadora que faz leituras bibliográficas para escrever sobre a temática. Queria vivenciar os ritos dentro dos terreiros pra entender como eles ocorrem, seus significados, conhecer e conversar com as que passaram pelo processo de iniciação nas religiões de matriz africana, que vivem na minha cidade.

A ideia de observação, tal como realizada nessa pesquisa – ou seja, como um elemento fundamental para a pesquisa –, é pautada na ideia de Gil (1999). Segundo o autor, a partir da observação é possível delinear as etapas de um estudo: formular o problema, construir a hipótese, definir variáveis, coletar dados e etc.

Rúdio (2002) corrobora com Gil (1999), afirmando que a observação é a aplicação dos sentidos humanos para obter determinada informação sobre aspectos da realidade. Reforça que o termo observação possui um sentido mais amplo, pois não se trata apenas de ver, mas de examinar; ou seja, um dos meios mais frequentes para conhecer pessoas, coisas, acontecimentos e fenômenos.

De acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2020), dados do Censo de 2019 indicam que a cidade de Bambuí/MG, possui 23.829 habitantes e a maioria se declaram adeptos ao catolicismo apostólico romano. Então, não é novidade afirmar que a maioria dos espaços religiosos existentes na cidade são voltados para a religião católica – apesar de registrado um crescimento considerável no número de igrejas protestantes nos últimos anos.

Ao pesquisar sobre as religiões de matriz africanas existentes na cidade, me deparei com a seguinte inquietação: onde pesquisar, se não há dados atuais levantados pelo IBGE?

Segundo o Censo realizado na cidade no ano de 2010, as religiões de matriz africana não estão entre as religiões listadas pelos moradores da cidade. No Censo daquele ano, no município de Bambuí haviam 22.734 habitantes e, desses: 19.955 se declararam Católicos Apostólicos Romanos; 1704 se declararam Evangélicos; 374 se declararam Espíritas Kardecistas e; 258 adeptos à religião Testemunha de Jeová (PREFEITURA MUNICIPAL DE

BAMBUI, 2021). Mas, acredita-se que isso não ocorreu porque não exista moradores na cidade adeptos as religiões africanas, mas, sim pelo medo que os mesmos possuem de se declararem pertencentes dessa crença.

Essa observação me possibilitou compreender que tal fato é algo característico não somente na cidade onde vivo; mas, também em todo o território nacional. As expressões religiosas de matriz africana no Brasil experimentam um histórico de limitações e criminalizações que estão diretamente ligados ao processo de colonização e escravização que passamos por aqui e que integram a formação socioeconômica do Estado brasileiro. O preconceito, a discriminação, a falta de conhecimento sobre os saberes de terreiro, somado a forte presença da concepção religiosa cristã frente à laicidade contida na CF/88, potencializam os atos de violência contra os povos das comunidades de terreiro.

Por fim, nossa pesquisa apresenta uma abordagem crítica qualitativa na perspectiva sócio-histórica e cultural (VYGOTSKY, 1991), pois, não está preocupada com a representatividade numérica. A pesquisa se envolve com questões de alto teor de subjetividade, diante do fenômeno do racismo religioso, pois é necessário um olhar mais apurado em relação às experiências. Portanto, é fundamental compreender esse fenômeno dentro dessa relação social de uma forma dinâmica, pois sujeito e realidade não se separam.

Consideramos que a pesquisa qualitativa adotada em nosso estudo, conforme ressalta o filósofo e sociólogo Demo (2000), não se limita à mediação de dados apenas, ela vai mais além, em seu estudo dos fatos sociais. O autor ressalta que:

[...] a pesquisa qualitativa quer fazer jus à complexidade da realidade, curvando-se diante dela, não ao contrário como ocorre com a ditadura do método ou a demissão teórica que imagina dados evidentes. Fenômenos há que primam pela qualidade no contexto social, como militância política, cidadania, felicidade, compromisso ético, e assim, por diante cuja captação exige mais que mensuração de dados (DEMO, 2000, p.152).

Como esclarece Freitas (2002), a pesquisa qualitativa quanto destinada à abordagem sócio-histórica emerge no entendimento entre os fenômenos/acontecimentos e como estes se relacionam com seu meio.

[...] trabalhar com a pesquisa qualitativa numa abordagem sócio-histórica consiste, pois, numa preocupação de compreender os eventos investigados, descrevendo-os e procurando as suas possíveis relações, integrando o individual com o social. [...] Assim, a observação não se deve limitar à pura descrição de fatos singulares, o seu verdadeiro objetivo é compreender como uma coisa ou acontecimento se relaciona com outras coisas e acontecimentos.

Trata-se, pois, de focalizar um acontecimento nas suas mais essenciais e prováveis relações (FREITAS, 2002 p.28).

Assumir essa abordagem é assumir o compromisso de se preocupar e de se colocar no lugar do outro, durante os processos operacionais e de interpretação de dados. Assim, para a presente pesquisa, este tipo de abordagem permite que se percebam as discriminações sofridas por alunos de terreiro no contexto escolar no qual estão inseridos.

A pesquisa foi organizada em cinco capítulos – sendo o primeiro deles ocupado com este intróito apresentado até aqui, onde o tema se contextualizou, a situação problema se edificou, os objetivos foram elencados, a justificativa da pesquisa tornou-se conhecida e o percurso metodológico foi delineado.

Na sequência, o segundo capítulo – intitulado: Raça, Racismo, Racismo Estrutural e Racismo Religioso: questões conceituais – traz conceituações de termos e faz uma análise do quanto eles estão ligados à intolerância religiosa no Brasil. O capítulo está subdividido nos seguintes tópicos: sobre o conceito de raça; entendendo o racismo; racismo estrutural; raça e sua relação com a colonialidade do poder; e racismo religioso

No tópico sobre o conceito de raça, constato que etimologicamente o termo é controverso, e que sua conceituação deve ser tratada com base na teoria, uma vez que o termo raça, como distinção categórica dos seres humanos, é um fenômeno da modernidade.

No tópico entendendo o racismo, mostro que as relações étnico-raciais existentes no país e que nunca foram pacíficas, nos levam a entender o porquê o racismo ocorre e como ele está vinculado à ideia de raça; proponho ainda, através do pensamento de Almeida (2018), diferenciar o preconceito da discriminação – categorias que estão associadas à ideia de raça.

No tópico racismo estrutural, constato que há uma multiplicidade de definições de racismo no âmbito do debate sobre as questões raciais; porém, é através dos estudos do professor Almeida (2018) que pretendo me pautar, por encontrar maior identificação com a temática dessa pesquisa. Segundo este autor, o racismo pode ser entendido/classificado através de três concepções, no qual o racismo estrutural se caracteriza como uma delas.

No tópico raça e sua relação com a colonialidade do poder, analiso, através dos estudos de Quijano (1997; 2005), que o conceito de raça está intrinsecamente ligada ao conceito de colonialidade do poder, uma vez que esse último classifica a população mundial ancorada no conceito do primeiro, transformando a colonialidade do poder na mais poderosa ferramenta do sistema capitalista.

O tópico racismo religioso nos levará a compreender que as violências sofridas pelas

populações de Comunidades Tradicionais de Terreiro (CTTro) e que são classificadas como intolerância religiosa, consistem em manifestações do racismo brasileiro. É neste capítulo denunciado que por trás da intolerância religiosa, há uma branquitude racista em atuação. A partir daí, a expressão racismo religioso assume-se como substitutivo de intolerância religiosa.

No terceiro capítulo – intitulado: Intolerância Religiosa no Brasil, conceitos e características – conceituo intolerância religiosa e faço um breve percurso histórico para caracterizá-la no Brasil. O capítulo também está dividido em tópicos, os quais detalho a seguir: intolerância religiosa; uma breve história sobre a intolerância religiosa; e intolerância religiosa no Brasil

No tópico intolerância religiosa, por meio de uma análise conceitual, informo que vários autores – entre eles Rocha (2011) e Silva (2015) – conceituaram o que seria a intolerância religiosa. Mas, através dos estudos de Nogueira (2020), entendemos como ela ocorreu especificamente no Brasil e como as igrejas neopentecostais e a política reforçam a ideia de demonização das CTTro e, conseqüentemente, suas religiões.

No tópico uma breve história sobre a intolerância religiosa, através de um percurso histórico, realizei uma análise sobre a intolerância religiosa e assim constatei que ela está presente na sociedade desde a Antiguidade, e que diferentes civilizações – como gregos e romanos – já a praticavam através da perseguição aos cidadãos que não concordavam com os valores religiosos de suas respectivas sociedades.

No tópico de intolerância religiosa no Brasil, finalizo o capítulo destacando que as manifestações da intolerância religiosa se modificam conforme a organização política, cultural e econômica de cada sociedade. Então, decido refleti-la através dos estudos de Almeida (2018), que resgata a herança cultural, o processo de dominação europeia e a exclusão das minorias, para assim, caracterizá-la no Brasil.

O quarto capítulo – intitulado: A Intolerância Religiosa nas produções acadêmicas – destaca, nos quatro primeiros subtópicos, o modo como a discussão sobre a intolerância religiosa foi abordada nos trabalhos acadêmicos pesquisados e, ainda, enaltece quais as propostas de combate à intolerância foram elencadas pelos autores em suas pesquisas.

Também, neste mesmo capítulo, mostro o resultado da incursão da pesquisadora nos terreiros da cidade de Bambuí/MG e a visão da mesma sobre as possibilidades de prática do combate ao racismo religioso através da didática da Pedagogia das Encruzilhadas, elaborada por Rufino (2019).

No quinto capítulo ocupo-me das considerações finais, trazendo a conclusiva de que o racismo é o principal elemento que contribui para a exclusão de religiões de matrizes africanas.

Também, afirmando sobre seus adeptos na escola e elencando alguns fatores que corroboram para que o processo do racismo religioso ocorra dentro no ambiente escolar, tais como: os ideais eurocêntricos-cristãos, que ainda são muito fortes dentro desses espaços; a falta de conhecimento sobre as religiões de matriz africana por parte da comunidade escolar; a colonização do saber; a formação do profissional da educação nas universidades; e a falta de formação continuada voltada para essa temática, que deveria ser ofertada aos professores da educação básica; e a dificuldade a aplicabilidade da Lei 10.639/03 (BRASIL, 2003) nas escolas. Por fim, lançamos a Pedagogia das Encruzilhadas como uma proposta educativa assertiva na transgressão desse modelo de educação, que ainda é permeado por uma lógica cristã.

## 2 RAÇA, RACISMO, E RACISMO ESTRUTURAL: QUESTÕES CONCEITUAIS

O presente capítulo se ocupa de iniciar a discussão, buscando a conceituação do termo raça, racismo e racismo estrutural para, posteriormente, fazermos uma análise do quanto estes estão ligados à intolerância religiosa no Brasil. Entendendo que as diferentes formas de intolerância religiosa infligidas contra as pessoas pertencentes às religiões afro-brasileiras no ambiente escolar revelam a prática de racismo, nos subsidiamos dos seguintes autores: Silva (2007), Santos (2010), Caputo (2012).

Além disso, evidencia-se a supra-fundamentação de Almeida (2018), justificada pela aproximação e identificação textual junto à temática desta pesquisa. Desta forma, inicia-se com sua citação sobre o conceito de racismo:

[...] identifica-se que o racismo está ligado aos conhecimentos produzidos pela teoria social, e sendo assim, duas teses se destacam: a primeira é a de que a sociedade contemporânea não pode ser compreendida sem os conceitos de raça e racismo, a segunda é que o significado de raça e racismo, assim como suas terríveis consequências, exigem dos pesquisadores e pesquisadoras um sólido conhecimento de teoria social (ALMEIDA, 2018, p.9).

No que se refere ao termo racismo, veremos que no Brasil ele é sempre estrutural – ou seja, ele integra a organização econômica e política da sociedade, sendo uma manifestação normal dentro da mesma e não algo patológico, como muitos acreditam. O mesmo dá sentido à lógica e à tecnologia para que as desigualdades e violências, moldadas pela vida social na sociedade contemporânea, se reproduzam. De acordo com Almeida (2018), as expressões do racismo no cotidiano, sejam nas relações interpessoais ou na dinâmica das instituições, são manifestações de algo mais profundo, que se desenvolvem nas entradas políticas e econômicas da sociedade.

Finalizaremos mostrando que o conceito de raça foi, e continua sendo, o sustentáculo do poder capitalista mundial e para fundamentar a afirmativa, traremos os estudos de Quijano (1997), de fundamental importância dentro do debate.

### 2.1 Sobre o conceito de raça

O termo raça, por vezes, é controverso quanto a sua etimologia. Oude constatar essa afirmação, fazendo uma rápida pesquisa.

O Dicionário Brasileiro da Língua Portuguesa (2021), traz três definições bastante similares. Segundo este, raça pode ser entendido como o conjunto dos ascendentes e descendentes de uma mesma família; também, pode ser compreendido como o conjunto de indivíduos cuja as características corporais são semelhantes e transmitidas por hereditariedade, embora possam variar de um indivíduo para o outro; e, em uma última conceituação, é compreendida como a divisão de uma espécie animal, provinda do cruzamento de indivíduos selecionados para manter ou aprimorar determinados caracteres.

Percebe-se aqui, que as três definições trazem aspectos voltados à Biologia, para conceituar o termo raça. Na visão da Sociologia, o termo já é entendido como uma construção social e é utilizado para distinguir pessoas em termos de uma ou mais marcas físicas, consideradas socialmente significativas. Essa ciência entende que as percepções e concepções de raça afetam e organizam a vida social das pessoas, e é reponsável pela criação e manutenção do sistema de desigualdade social.

Na presente pesquisa, a compreensão do termo será pautada segundo a perspectiva da Teoria Social e, a partir desse pressuposto, afirma-se que a raça como distinção categórica dos seres humanos é um fenômeno característico da modernidade iniciada em meados do século XVI.

O termo não é fixo e estático. Na medida que está ligado às circunstâncias históricas, apresenta-se como um conceito relacional e histórico. As circunstâncias históricas ocorridas sobretudo na América, a partir do século XVI, forneceram um espírito e um sentido específico à ideia de raça.

A cultura renascentista teve um importante papel na reflexão da existência humana. Nesse momento histórico ocorreu a descoberta do novo mundo e a expansão mercantilista, consideradas bases materiais que fundamentaram a ideia da unidade e multiplicidade desse ser. Almeida (2018) sinaliza que, se antes o ser humano relacionava-se ao pertencimento a uma comunidade política ou religiosa, com a expansão da cultura renascentista surge o moderno ideário filosófico – que mais tarde transformaria o europeu no homem universal –, e todos os povos e culturas não condizentes com os sistemas culturais europeus, em variações menos evoluídas.

Para entender a ideia de raça e como ela ganha relevância social é preciso compreender como o homem foi construído na filosofia moderna e, para isso, faz-se necessário um breve percurso histórico sobre o projeto iluminista de transformação social, iniciado no século XVIII e que impulsionou a construção do saber filosófico. Nessa ocasião, o homem era o seu principal objeto e configurava-se como sujeito e objeto do conhecimento. No movimento

intelectual e filosófico, também conhecido como Século das Luzes e Ilustrações, o conhecimento era fundamentado na observação. O historiador Bethencourt (2017), nos explica um pouco mais sobre esse momento, ao ressaltar que “no Iluminismo, o conhecimento é fundamentado na observação do homem em suas múltiplas facetas e diferenças, enquanto ser vivo (biologia), que trabalha (economia), pensa (psicologia) e fala (linguística)” (p. 29).

Vale ressaltar que o iluminismo também contribuiu para constituir as ferramentas necessárias que tornariam possíveis a comparação e classificação dos diferentes grupos humanos, com base nas características físicas e culturais. De acordo com Almeida (2018), surge aí, a distinção filosófico-antropológica entre civilizado e selvagem, que no século seguinte dará lugar para o civilizado e primitivo.

O movimento intelectual e filosófico causou tamanho impacto na vida social e política do século XVIII, que chegou a ser o fundamento filosófico das grandes revoluções liberais ocorridas naquele século. De acordo com Almeida (2018), com o pretexto de instituir a liberdade e livrar o mundo das trevas e preconceitos da religião, travou guerras contra as instituições absolutistas e o poder tradicional da nobreza.

As revoluções inglesas, a americana e a francesa foram o ápice de um processo de reorganização do mundo, de uma longa e brutal transição das sociedades feudais para a sociedade capitalista em que a composição filosófica do homem universal, dos direitos universais e da razão universal mostrou-se fundamental para a vitória da civilização. Esta mesma civilização que, no século seguinte, seria levada para outros lugares do mundo, para os primitivos, para aqueles que ainda não conheciam os benefícios da liberdade, da igualdade, do Estado de direito e do mercado. E foi esse movimento de levar a civilização para onde ela não existia que redundou em um processo de destruição e morte, feito em nome da razão e a que se denominou colonialismo (ALMEIDA, 2018, p. 19).

Mbembe (2018) trouxe uma contribuição importante no que se refere ao projeto colonialista. Segundo o mesmo, o colonialismo foi um projeto de universalização, cuja finalidade era “inscrever os colonizados no espaço da modernidade” (p.175). Porém, a “vulgaridade, a brutalidade tão habitualmente desenvolva e sua má-fé fizeram do colonialismo um exemplo perfeito de antiliberalismo” (p. 175).

O pensamento de Mbembe (2018) evidencia como o colonialismo se transformou em um projeto de universalização antiliberal<sup>2</sup>, concretizando-se nesse percurso através do episódio

---

<sup>2</sup> Doutrina que se opõe aos princípios liberais e que defende o Estado forte, com o papel de intervir na economia para corrigir desequilíbrios provocados pelo livre comércio. Os princípios liberais apoiam ideias como um governo limitado, direitos individuais, livre mercado, democracia, igualdades de gênero e racial e liberdade de imprensa e religiosa (MBEMBE, 2018).

histórico conhecido como Revolução Haitiana, ocorrida em 1791. Considerada a grande encruzilhada ao projeto de civilização iluminista baseada na liberdade e igualdade universais aclamada na Revolução Francesa em 1789. Segundo Alemida (2018), a referida revolução evidenciará as contradições do ideário iluminista, já que não se estenderá como legítimo a todos os povos.

Com a Revolução Haitiana, tornou-se evidente que o projeto liberal iluminista não tornava todos os homens iguais e sequer faria com que todos os indivíduos fossem reconhecidos como seres humanos. Isso explicaria por que a civilização não pode ser por todos partilhada. Os mesmos que aplaudiram a Revolução Francesa viram a Revolução Haitiana com desconfiança e medo, e impuseram toda a sorte de obstáculos à ilha caribenha, que até os dias de hoje paga o preço pela liberdade que ousou reivindicar (ALMEIDA, 2018, p.20).

A partir desta narração histórica sobre como o homem foi constituído na filosofia moderna e qual era o projeto iluminista de transformação social, pode-se destacar alguns pontos importantes à compreensão do conceito de raça.

O primeiro aspecto é a ideia de que, socialmente, nem todos os homens eram reconhecidos como iguais – o que tornava o projeto liberal iluminista em algo utópico, pois o mesmo sequer os reconheceria como seres humanos. É nesse contexto que a raça emerge como conceito central para fomentar a contradição entre a razão universal e o ciclo da morte do colonialismo e da escravidão, que operam de forma simultânea como fundamentos da sociedade contemporânea. Almeida (2018), afirma que classificar os seres humanos se torna uma das ferramentas tecnológicas do colonialismo europeu para a submissão e destruição de populações das Américas, África, Ásia e Oceania.

A partir do século XIX, iniciam-se os primeiros pensamentos fundamentados por intelectuais do período, que irão ocasionar o processo de desumanização entre os seres humanos de determinadas culturas. Sobre os africanos, o filósofo Hegel (2008) teria feito o seguinte juízo no período de 1831: sem história, bestiais e envoltos em ferocidade e superstição. Era comum nesse período, fazer referências à bestialidade e à ferocidade, numa comparação clara entre seres humanos com determinadas características físicas, a animais, essa prática é bastante comum no racismo.

O espírito positivista surge no mesmo período e transforma as indagações sobre as diferenças humanas em indagações científicas – foi quando o homem passa a ser objeto de estudo científico. Entram nesse momento, a Biologia e a Física para explicar a diversidade humana. Para Almeida (2018), raça como classificação dos seres humanos é uma noção construída pela modernidade, quando o homem passa a ser objeto científico da Biologia e da

Física. Ambas constroem uma explicação a partir das características biológicas e geográficas das pessoas, definem suas capacidades intelectuais, morais e psicológicas existentes entre as diferentes raças. Deste modo, tanto os atributos biológicos, quanto as características étnico-culturais determinaram e hierarquizaram as potencialidades dos sujeitos.

Ainda nesse século, a crise econômica decorrente do sistema capitalista provocou a Grande Depressão, que culminou ao Neocolonialismo – processo de dominação política e econômica, que levou territórios da África serem invadidos e partilhados entre as potências capitalistas emergentes do período. O período é importante de ser compreendido, pois assentou o discurso da inferioridade racial dos povos colonizados que, segundo seus formuladores, eram desorganizados politicamente e subdesenvolvidos (ALMEIDA, 2018).

Wood (2011) tenta identificar a peculiaridade do racismo moderno e sua ligação com o colonialismo, apontando que:

[...] o racismo moderno é diferente, uma concepção mais viciosamente sistemática de inferioridade intrínseca e natural, que surgiu no final do século XVII ou início do século XVIII, e culminou no século XIX, quando adquiriu o reforço pseudocientífico de teorias biológicas de raça, e continuou a servir como apoio ideológico para opressão colonial mesmo depois da abolição da escravidão (WOOD, 2011, p. 230).

Para Almeida (2018), por sua conformação histórica, a raça opera a partir de dois registros básicos que se entrecruzam e complementam: primeiro, como característica biológica, em que a identidade racial será atribuída por algum traço físico, como a cor da pele, por exemplo; segundo, como característica étnico-cultural, em que a identidade será associada à origem geográfica, à religião, à língua ou outros costumes - associado a uma certa forma de existir. Ainda segundo o autor, a configuração de processos discriminatórios a partir do registro étnico-cultural, denomina-se racismo cultural.

Coube à Antropologia, a partir do século XX, demonstrar a autonomia das culturas e a existência de determinações biológicas e culturais que hierarquizam a moral, a cultura, a religião e os sistemas políticos. Para Moreira (2017), a constatação é a de que não há nada na realidade natural que corresponda ao conceito de raça.

O genocídio ocorrido na Alemanha nazista reforça que a raça é um elemento essencialmente político e não tem sentido no âmbito socioantropológico. Segundo Moreira (2017), embora a inexistência de raças humanas tenha sido comprovada, raça continua sendo uma categoria política utilizada para justificar as desigualdades existentes e legitimar a

segregação e o genocídio de grupos sociologicamente minoritários<sup>3</sup>.

Quanto aos estudos científicos que comprovam a inexistência de raças, achamos oportuno aqui, trazer um deles, realizado por Lewontin (2000), um evolucionista da Universidade de Harvard, em 1972. Segundo ele, há sete grupos raciais, bastante aceitos entre os antropólogos: Caucasianos, Negros Africanos, Mongolóides, Aborígenes do Sudeste Asiático, Ameríndios, povos da Oceania, e Aborígenes Australianos.

Lewontin (2000), analisou os dados genéticos de cada grupo e comparou as semelhanças genéticas entre os indivíduos que pertenciam a uma mesma raça com a dos indivíduos de raças diferentes. O estudo partiu da seguinte pergunta levantada por ele: para grupos raciais tradicionalmente aceitos, há apoio para sua existência vinda de estudos genéticos?

A visão tradicional, defende que raças humanas são grupos diferentes no ponto de vista biológico e, ainda prevê que há muitas diferenças entre indivíduos de raças diferentes e poucas, entre indivíduos que pertencem a um mesmo grupo racial. Os resultados dos estudos de Lewontin (2000), mostraram que dois indivíduos alocados numa mesma raça eram praticamente tão diferentes uns dos outros, quanto os indivíduos de raças diferentes.

A observação foi quantificada da seguinte forma: do total da variabilidade genética que existe em nossa espécie: 85% diz respeito a diferença entre os indivíduos de uma mesma raça, e; apenas 15% do total da variação, resulta de diferenças entre raças humanas – ou seja, indivíduos de raças distintas são apenas sutilmente mais diferentes do que aqueles da mesma raça (LEWONTIN, 2000). Um contexto social e político dado ao seu achado, chega à seguinte conclusiva:

Fica agora claro que nossa percepção de grandes diferenças entre raças humanas e subgrupos, em comparação como a variação dentro desses grupos, é de fato uma percepção enviesada [...]. A classificação racial humana não possui valor social e é positivamente destrutiva para relações sociais e humanas. Uma vez que agora vemos que essa classificação racial é também desprovida de significado genético ou taxonômico, não há justificativa para sua continuidade (LEWONTIN, 2000, s./p.).

A partir destas constatações, caía por terra, a percepção de que cada raça era um grupo homogêneo e diferente das demais raças.

---

<sup>3</sup> O conceito de minoria, nas ciências sociais, diz respeito a uma parcela da população que se encontra, de algum modo, marginalizada, excluída do processo de socialização. São grupos compostos por um grande número de pessoas, mas que são excluídos por questões referentes a classe social, gênero, origem étnica, entre outras razões (MOREIRA, 2017).

## 2.2 Entendendo o racismo

Trata-se de um desafio pesquisar sobre relações étnico-raciais no Brasil, pois o assunto é sempre visto sob diferentes perspectivas e olhares. Uma dessas perspectivas – e a que vamos nos atentar aqui – é enxergar as relações étnico-raciais existentes através da condição de paraíso racial. Esta contribuiu para a configuração de um ideário da convivência pacífica, harmônica e igualitária entre as diferentes matrizes étnicas existentes. Tais estudos foram sistematizados no início do século XX.

Como bem nos orienta Araújo (2017), quanto à esta perspectiva, sabemos que ela não condiz com o real, uma vez que o histórico processo de miscigenação que caracteriza nossa história nos remete aos conflitos nas relações étnico-raciais aqui existentes.

Queremos tão somente chamar a atenção para o fato de que, mesmo não havendo consenso a respeito da configuração étnico-racial da população brasileira e mesmo ainda persistindo tantas discrepâncias entre as diferentes perspectivas de análises acerca das relações étnico-raciais que marcam nossa história, nossa realidade social sempre foi e continua marcada por relações pautadas na ideologia da raça e influenciada por atitudes e condutas racistas. E isso pode ser percebido em qualquer observação, por mais superficial que seja, nas relações interpessoais entre nosso povo (ARAÚJO, 2017, p. 46).

Para Almeida (2018), é impossível falar de racismo sem antes diferenciá-lo de outras categorias que aparecem associadas à ideia de raça: preconceito e discriminação. O autor conceitua racismo como uma forma sistemática de discriminação que tem a raça como fundamento, e que se manifesta por meio de práticas conscientes ou inconscientes que culminam em desvantagens ou privilégios para indivíduos, a depender do grupo racial ao qual pertençam. É efetivado através da discriminação racial estruturada, constituindo-se como um processo pelo qual as circunstâncias de privilégios se difundem entre os grupos raciais e se manifestam pelos espaços econômicos, políticos e institucionais.

Partindo deste princípio, a categoria discriminação racial se refere aos diferentes modos de tratamento de pessoas pertencentes a grupos raciais específicos e sua prática é fundamentada nas relações de poder que determinados grupos detêm, usufruindo das vantagens que a categoria racial oferece. Ainda, para o autor, existe uma diferença entre preconceito racial e discriminação racial:

O preconceito racial é o juízo baseado em estereótipos acerca de indivíduos que pertençam a um determinado grupo racializado, e que pode ou não resultar em práticas discriminatórias. Considerar negros violentos e inconfiáveis,

judeus avarentos ou orientais naturalmente preparados para as ciências exatas são exemplos de preconceitos. A discriminação racial, por sua vez, é a atribuição de tratamento diferenciado a membros de grupos racialmente identificados (ALMEIDA, 2018. p. 22-23).

A discriminação tem como requisito o poder, a possibilidade efetiva do uso da força sem o qual não é possível atribuir vantagens ou desvantagens por conta da raça. Assim, ela pode ser direta e indireta e a consequência das práticas desses dois tipos de discriminação ao longo do tempo leva à estratificação social – um fenômeno intergeracional, no qual o percurso da vida de todos os membros de um grupo social é afetado.

Ainda dentro da categoria discriminação, é possível existir também a discriminação positiva, que é definida segundo Hamilton e Kwane (1967), como a possibilidade de atribuição de tratamento diferenciado a grupos historicamente discriminados com o objetivo de corrigir desvantagens causadas: pela discriminação negativa – a que causa prejuízos e desvantagens; pelas políticas de ação afirmativa – que estabelecem tratamento discriminatório a fim de corrigir ou compensar a desigualdade.

Ao buscar as distinções conceituais entre racismo, preconceito e discriminação, verifica-se que: o preconceito é um julgamento sem conhecimento de causa – ou seja, julgar alguém sem antes conhecer; a discriminação é o ato de diferenciar, de tratar as pessoas de modo diferente por diferentes motivos.

A partir daí, entende-se que o racismo é uma forma de preconceito e discriminação motivada pela cor da pele ou origem étnica, e se formos além, na extensão dos conceitos, veremos que o mesmo se encontra dentro dos conjuntos preconceitos e discriminação e não se manifesta de maneira única, podendo ocorrer de três maneiras: na forma direta, institucional e estrutural.

Na discriminação racial direta – a mais evidente forma de racismo –, as pessoas são difamadas, violentadas e têm o acesso a algum tipo de serviço ou lugar negado por conta de sua cor ou origem étnica.

No racismo institucional – forma menos direta e evidente –, a discriminação racial acontece por meios institucionais. São exemplos dessa prática: as abordagens violentas da polícia contra as pessoas negras e; a desconfiança dos agentes de segurança e de empresas contra as mesmas, sem justificativas coerentes. De acordo com Bermúdez (2020), o assassinato de George Floyd, em maio de 2020, cometido por um policial branco, na cidade de Minneapolis, e que desencadeou uma onda de protestos em massa nos EUA e ao redor do planeta, é outro bom exemplo dessa forma de racismo.

Já no racismo estrutural – a menos perceptível - se comparada as duas anteriores, forma de racismo e segundo os estudos e tese defendida por Almeida (2018), a que caracteriza o Brasil, a prática está cristalizada na cultura de um povo, de modo que, muitas vezes não faz parecer que é racismo. Pode ser constatada através da não presença de pessoas negras ou de origem indígenas em espaços de poder; como por exemplo, nos cargos de chefias de grandes empresas, ou também nas universidades públicas do país – no qual a maioria, quando não a totalidade é de estudantes brancos –, ou na utilização de expressões linguística e piadas racistas.

Almeida (2018) afirma que o racismo materializado como discriminação racial é sistêmico, pois não se trata apenas de um ato discriminatório ou de um conjunto de atos, mas de um processo em que condições de subalternidade e de privilégios que se distribuem entre grupos raciais se reproduzem nos âmbitos da política, economia e das relações cotidianas. Ele se articula com a segregação racial; ou seja, a divisão espacial de raças em localidades específicas – são exemplos, os regimes segregacionistas dos Estados Unidos e o *apartheid* sul-africano.

### **2.3 Racismo estrutural**

No âmbito do debate sobre a questão racial, pode-se afirmar que há uma multiplicidade de definições de racismo. Com base nos estudos de Almeida (2018), o racismo pode ser entendido/classificado como racismo em individual, racismo institucional e racismo estrutural, conforme foi especificado no tópico anterior.

Neste tópico, o conceito de racismo estrutural apresenta-se como indispensável para compreender as premissas da intolerância religiosa, especialmente as de origem de matriz africana. Para tal, considero não ser possível discuti-lo sem antes compreender a ideia de racismo institucional, uma vez que ambos estão intrinsecamente ligados.

Para Almeida (2018), a concepção institucional do racismo é um grande avanço nos estudos das relações raciais por ampliar a ideia existente de racismo como comportamento individual. O racismo institucional diz respeito aos efeitos causados pelos modos de funcionamento das instituições que concede privilégios a determinados grupos de acordo com a raça. As instituições estabelecem e regulamentam as normas e os padrões que devem conduzir as práticas dos sujeitos, conformando seus comportamentos, seus modos de pensar, suas concepções e preferências. Com base nessa ideia, “as instituições são a materialização das determinações formais na vida social” (p. 30) e derivam das relações de poder, conflitos e disputas entre os grupos que desejam admitir o domínio da instituição.

As relações de poder intrínsecas das instituições contribuem para a hegemonia de determinados grupos manter seus interesses sociais, políticos e econômicos, definindo assim regras e condutas que são naturalizadas. Pautados na raça, esses grupos exercem o domínio, estabelecem as regras culturais e sociais que são transformadas na única perspectiva civilizatória da sociedade.

Almeida (2008) exemplifica o racismo institucional, nos espaços de poder dominados por homens brancos no sistema Judiciário, Legislativo, Ministério Público, diretoria de empresas e reitorias de Universidades, evidenciando a existência de regras e normas que dificultam e impedem o acesso de negros e mulheres. Espaços de poder pautados em princípios discriminatórios que são produzidos e difundidos de maneira velada e poderosa, naturalizando a hegemonização de determinado grupo sobre outro e silenciando o debate sobre as desigualdades raciais e de gênero que compõem e estruturam as instituições. Nas palavras do autor, “as instituições são apenas a materialização de uma estrutura social ou de um modo de socialização que tem o racismo como um de seus componentes orgânicos. Dito de modo mais direto: as instituições são racistas porque a sociedade é racista” (p. 31).

Se há instituições que funcionam com regras que privilegiam certos grupos sociais é, segundo Almeida (2018), porque o racismo é parte da ordem social e o mesmo, não é criado pela instituição, mas sim, nela reproduzido.

[...] mas que fique a ressalva já feita: a estrutura social é constituída por inúmeros conflitos – de classe, raciais, sexuais etc. –, o que significa que as instituições também podem atuar de maneira conflituosa, posicionando-se dentro do conflito. Em uma sociedade em que o racismo está presente na vida cotidiana, as instituições que não tratem de maneira ativa e como um problema a desigualdade racial irão facilmente reproduzir as práticas racistas já tidas como normais em toda a sociedade (ALMEIDA, 2018, p. 32).

É algo, que segundo o autor supracitado, já ocorre atualmente nos governos, empresas e escolas onde não há espaços ou mecanismos institucionais para tratar de conflitos raciais e sexuais. Nessa situação, as relações no cotidiano dessas instituições, reproduzem as práticas sociais, dentre as quais o racismo, na forma de violência explícita ou de microagressões – piadas, silenciamento e isolamento, entre outros.

Para Almeida (2018), se o racismo é inerente à ordem social, a única forma de combatê-lo institucionalmente é por meio da implementação de práticas antirracistas e adotar políticas internas que visem promover a diversidade e a igualdade (pautado no respeito as diferenças) em suas relações internas e ao público externo, para assim remover obstáculos para ascensão

de minorias e manter espaços permanentes de debates que promovam o acolhimento e possível composição de conflitos raciais e de gênero.

A partir da ideia de racismo, como decorrência da estrutura social e do modo dito normal com que se constituem as relações políticas, econômicas, jurídicas e até familiares, Almeida (2018) conclui que ele não é uma patologia social e nem um desarranjo institucional – mas, sim estrutural; logo, comportamentos individuais e processos institucionais seriam derivados de uma sociedade onde ele é visto como regra e não exceção. Assegura que ele faz parte de um processo social que ocorre pelas costas dos indivíduos e lhes parece legado pela tradição. Registra que faz-se necessário coibi-lo individual e institucionalmente, para assim refletir-mos sobre mudanças profundas nas relações sociais, políticas e econômicas.

Almeida (2018), ainda afirma que a viabilidade da reprodução sistêmica de práticas racistas está na organização política, econômica e jurídica da sociedade e se expressa concretamente como desigualdades nas mesmas e que usar o termo estrutura, não significará que o racismo será incontornável e que ações e políticas institucionais antirracistas, serão inúteis; ou ainda, que indivíduos que cometam atos discriminatórios não devam ser responsabilizados, pois, se assim fizermos, estaremos negando o aspecto social, histórico e político do racismo.

O que queremos enfatizar do ponto de vista teórico é que o racismo, como processo histórico e político, cria as condições sociais para que, direta ou indiretamente, grupos racialmente identificados sejam discriminados de forma sistemática. Ainda que os indivíduos que cometam atos racistas sejam responsabilizados, o olhar estrutural sobre as relações raciais nos leva a concluir que a responsabilização jurídica não é suficiente para que a sociedade deixe de ser uma máquina produtora de desigualdade racial (ALMEIDA, 2018, p. 34).

É neste aspecto que o autor identifica a ligação intrínseca entre a concepção estrutural do racismo e o racismo institucional. O racismo é decorrente da estrutura social que o normaliza e assim concebe como verdade padrões e regras baseadas em princípios discriminatórios de raça. Dar ênfase na análise estrutural do racismo não exclui os sujeitos racializados, mas os concebe como parte integrante e ativa de um sistema que, ao mesmo tempo que torna possíveis suas ações, é por eles criado e recriado a todo momento.

O propósito desse olhar é afastar análises superficiais ou reducionistas sobre a questão racial que, além de não contribuírem para o entendimento do problema, dificultam o combate ao racismo. Além disso, perceber o racismo como integrante da estrutura social não exime a responsabilidade individual sobre as práticas de condutas racistas e não é um hálibi para

racistas, pelo contrário, entender como funciona o racismo estrutural e que ele não é um ato isolado de um indivíduo ou de um grupo, nos torna ainda mais reponsáveis no combate ao racismo e aos racistas.

Para Almeida (2018), a mudança da sociedade não é feita apenas com denúncias ou com repúdio moral do racismo, mas, a partir da tomada de posturas e da adoção de práticas antirracistas. Nesse sentido, o seu conceito de raça só pode ser recolhido a partir de uma perspectiva relacional, e não é uma criação da cabeça de pessoas mal intencionadas. É uma relação social e se manifesta em atos concretos que ocorrem no interior de uma estrutura social que é marcada por conflitos e antagonismos.

## **2.4 Raça e sua relação com a colonialidade do poder**

Entendo que o conceito de raça deva ser compreendido através de uma perspectiva social e que o racismo – conforme nos ensina Almeida (2018), ocorre em decorrência da estrutura social e da normalização com que instituições de poder, e dentre elas podemos citar a política como exemplo –, julguei ser necessário nessa pesquisa, problematizar as facetas raciais na política do Estado brasileiro e como esta é centralizada no termo raça no que tange a formação das estruturas de poder que, através da ordem econômica vigente, engaja a noção racial a partir da classificação da sociedade, de acordo com a ideia de raça, justificando assim a colonialidade do poder.

Os estudos de Quijano (1997) sobre a ideia de raça e como ela legitimou à imposição da conquista colonial, a partir do discurso na qual elege o binarismo inferior/superior sob o olhar racial, é de fundamental importância para essa pesquisa e servirá para entendermos como a noção de raça serviu e serve, na contemporaneidade, para naturalizar as violências que ocorrem no interior da sociedade.

A colonialidade se configura como um dos elementos constitutivos e específicos do poder capitalista, e é sustentada na classificação racial étnica da população do mundo, que tem nesse quesito o sustentáculo do padrão de poder e opera em cada um dos planos, meios e dimensões, materiais e subjectivos, da existência social cotidiana e da escala societal. Origina-se e mundializa-se a partir da ocupação da América e representa a mais perdurável expressão colonial imposta sob toda a população do planeta no curso da expansão do colonialismo europeu. Nas palavras de Quijano (1997, p.9), “é a classificação social da população mundial ancorada na noção de raça, que tem origem no caráter colonial, mas já provou ser mais duradoura e estável que o colonialismo histórico, em cuja matriz foi estabelecida”. O autor

apresenta também alguns aspectos fundantes do capitalismo e do eurocentrismo:

[...] a dominação é o requisito da exploração, e a raça é o mais eficaz instrumento de dominação que, associado à exploração, serve como o classificador universal no atual padrão mundial de poder capitalista. Nos termos da questão nacional, só através desse processo de democratização da sociedade pode ser possível e finalmente exitosa a construção de um Estado-nação moderno, com todas as suas implicações, incluindo a cidadania e a representação política (QUIJANO, 1997, p.10).

Segundo Quijano (1997), na América – no capitalismo mundial e colonial/moderno – os indivíduos classificam-se e são classificados segundo três linhas diferentes, embora articuladas numa estrutura global comum pela colonialidade do poder: trabalho, raça, gênero. Essas articulações vão se estruturar sob dois eixos centrais: o controle de produção de recursos de sobrevivência social e; o controle da reprodução biológica da espécie. O primeiro implica o controle da força de trabalho, dos recursos e produtos do trabalho, o que inclui os recursos naturais e se institucionaliza como propriedade. O segundo, implica o controle do sexo e dos seus produtos (prazer e descendência), em função da propriedade.

A raça foi incorporada ao capitalismo eurocentrado em função de ambos os eixos. E o controle da autoridade organiza-se para garantir as relações de poder assim configuradas. Sendo assim, as classes sociais resultantes são heterogêneas, descontínuas e conflituosas e estão articuladas de igual forma. A colonialidade do poder é o eixo que as articula numa estrutura comum do poder.

Partindo desse princípio, enquanto todos os elementos que constituem um padrão de poder são de origem, forma e carácter descontínuos, heterogêneos e conflituosos, as relações de poder não são e nem podem ser um gênero de nichos estruturais pré-existentes pelos quais as pessoas são distribuídas, e assumam estas ou aquelas características e onde as pessoas devam se comportar harmonicamente. A maneira como essas pessoas irão ocupar, total ou parcialmente, um lugar e um papel no controle das instâncias centrais do poder, sempre será conflituoso, pois, consiste numa disputa violenta ou não, derrotas e vitórias, em resistências, avanços e retrocessos. Pode acontecer em termos individuais e/ou coletivos, com lealdades e traições, entre outros.

É fato, que na história anterior ao capitalismo mundial, atributos da espécie – como: sexo, idade e força de trabalho – tiveram um papel central na classificação social das pessoas. Na América, acrescentou-se o fenótipo. Quijano (1997) afirma que o sexo e a idade são atributos biológicos diferenciais e que o seu lugar nas relações de exploração, dominação e

conflito esteja associado à elaboração desses atributos como categorias sociais. Por outro lado, a força de trabalho e o fenótipo não são atributos biológicos diferenciais. E, do mesmo modo, ser trabalhador manua' ou intelectualmente não tem relação com a estrutura biológica. Em outras palavras, o papel que cada um desses elementos joga na distribuição do poder, nada tem haver com a Biologia nem com a natureza – mas, é resultado das disputas pelo controle dos meios sociais.

Na história social, o uso da categoria gênero a partir da ideia de sexo é muito antiga, se comparada a produção da categoria raça a partir do fenótipo que é relativamente mais recente e data de 500 anos; começa com a América e a mundialização do padrão de poder capitalista.

A produção da categoria raça serviu para justificar as diferenças fenotípicas entre vencedores e vencidos durante o período colonial, embora se trate, antes mais, de uma elaboração das relações como tais. A atribuição das novas identidades sociais resultantes e sua distribuição pelas relações do poder mundial capitalista estabeleceu-se e reproduziu-se como a forma básica da classificação societal universal do capitalismo mundial e foi o fundamento das novas identidades geoculturais e das suas relações de poder no mundo, chegando a ser parte das novas relações intersubjectivas de dominação e de uma perspectiva de conhecimento imposta pelo mundo como única e racional.

A racialização das relações de poder entre as novas identidades sociais e geoculturais sustentou e legitimou o carácter eurocentrado do padrão do poder material e intersubjectivo da sua colonialidade. Transformou-se, assim, no mais, específico dos elementos do padrão mundial do poder capitalista eurocentrado e colonial/moderno e atravessou cada uma das áreas da existênciasocial deste padrão.

Para Quijano (1997), a colonialidade do poder teve implicações no mundo capitalista em várias áreas, mas limitar-me-ei citar as questões de cunho social – ou seja, aquelas que nos interessam para a presente dissertação:

- O que começou na América foi mundialmente imposto. A população do mundo foi classificada em identidades raciais e divididas entre dominantes/superiores europeus e dominados/inferiores não europeus;
- As diferenças fenotípicas foram usadas, definidas, como expressão externa das diferenças raciais. Num primeiro período, principalmente a cor da pele e do cabelo, a forma e a cor dos olhos e nos séculos XIX e XX, outros traços, como a forma do rosto, o tamanho do crânio, a forma e o tamanho do nariz;
- A cor da pele foi definida como a marca racial mais significativa, por ser mais visível, entre os dominantes/superiores ou europeus, de um lado, e o conjunto dos

dominados/inferiores não-europeus, do outro;

- Desse modo, adjudicou-se aos dominantes/superiores europeus o atributo da raça branca e a todos os dominados/inferiores não-europeus, o atributo de raças de cor. Inicia-se aí, a gradação entre o branco, da raça branca e cada uma das outras cores da pele, assumiu uma gradação entre o superior e o inferior na classificação social racial.

Destaca-se, ainda com base no pensamento de Quijano (1997), que o conceito de raça está intrinsecamente ligada ao conceito de colonialidade do poder, pois, esse último classifica a população mundial ancorada na noção do primeiro, de forma racista e preconceituosa, e transforma a colonialidade do poder em uma das ferramentas mais poderosas e bem estruturadas do capitalismo mundial.

Registra-se que ela perdura até os dias atuais e nos engaja para a destruição da mesma, representa não só terminar com o racismo, mas também com sua condição de eixo articulador do padrão universal do capitalismo eurocentrado. Esta luta é parte da destruição do poder capitalista que hoje representa todas as formas históricas de exploração, dominação, discriminação, materiais e intersubjetivas.

Devemos pensar e refletir sobre vias específicas que levem a libertação individual e coletiva das pessoas para que as mesmas se libertem de todo o poder. Para chegar a este resultado é preciso haver a socialização radical do poder, o que significa a devolução aos próprios indivíduos, de modo direto e imediato, do controle das instâncias básicas da sua existência social: trabalho, sexo, subjetividade e autoridade.

## **2.5 O racismo religioso**

A partir do entendimento do tópico anterior, de que a noção de raça serviu e serve para naturalizar as violências que ocorrem na sociedade, sobretudo com as pessoas batizadas em religiões de matriz africana, vamos então compreender o conceito que intitula esse tópico.

Primeiramente, é importante salientar que se trata de um conceito novo, que foi utilizado pelo professor Nogueira (2020) em sua obra *Intolerância Religiosa*. Nesta, o autor explica que as violências sofridas pelas populações de CTTro e que são classificadas como intolerância religiosa, consistiu-se em manifestações do racismo brasileiro. A partir dessa afirmação, o mesmo fez uma pesquisa sobre a intolerância religiosa no Brasil e no mundo recorrendo a dados coletados na Fundação Pontifícia *Aid to the Church in Need* (ACN) em 196 países sobre violações das liberdades religiosas.

No Brasil, Nogueira (2020) concentrou suas pesquisas nas escolas públicas de São

Paulo, junto a professores e estudantes das mais diferentes religiões. Pode concluir que tanto no Brasil quanto no mundo, as violações a liberdade religiosa tem aumentando. Que no Brasil, as principais vítimas são as religiões afro-brasileiras e, a partir desse pressuposto, afirmou que a expressão intolerância religiosa não dá conta de explicar as violências sofridas pelas populações de CTTro, uma vez que o véu da intolerância encobre o racismo que motiva tais violências. Foi a partir de então que o autor sugeriu que se fosse tratado de um racismo epistêmico, porque a violência incide diretamente sobre os saberes africanos e afro-brasileiros, no qual os guardiões são os terreiros e suas lideranças.

As ideias lançadas nos primeiros capítulos da obra de Nogueira (2020) ficam bem mais desenvolvidas a partir do capítulo intitulado A verdade sobre a intolerância religiosa é branca: mais um dos tentáculos do racismo. Neste, o autor afirma que há uma discussão estendida referente a compreensão semântica adequada às perseguições, violências, privações, opressões, impedimentos, agressões, demonizações, subalternização, segregações, exclusões e toda a sorte de crimes cometidos em nome de uma religião que se quer hegemônica com vistas à condenação das tradições de origem negroafricana no Brasil.

Nogueira (2020) registra que alguns acreditam que a melhor expressão seja intolerância religiosa; porém, no caso das violências praticadas contra as religiões de matriz africana no Brasil, o componente nuclear dessa violência contra as CTTro é o racismo. Sendo assim, o autor denuncia que por trás da intolerância religiosa, há uma branquitude racista em atuação. A partir daí, ele assume a expressão racismo religioso como substitutivo de intolerância religiosa. Como base para essa mudança, o autor utiliza a fala de alguns entrevistados, cujo o perfil aponta para o religioso militante.

Entretanto, é necessário registrar que Nogueira (2020) não rompe totalmente com a ideia de intolerância. Mas, para o mesmo, a mudança de linguagem é a que melhor possui eficácia heurística para explicar as interseções entre violência religiosa e racismo – violência essa que atinge diretamente as práticas afro-religiosas e está ligada à ignorância sobre elas. Neste momento, acho oportuno ressaltar que optei em adotar também essa expressão para o desenvolvimento da pesquisa; porém, não pretendo me desvincular totalmente da expressão intolerância religiosa, pois ela também será importante para o desenvolvimento da mesma.

Para evitar que o racismo religioso mate a existência, elimine crenças, apague memórias e silencie origens, Nogueira (2020) apresenta algumas estratégias e caminhos para a superação dessas violências sofridas pelas CTTro, entre elas estão: a expansão dos cosmo sentidos afrodiáspóricos e a alteridade; a promoção da ética do candomblé como cura; a revisão de práticas, linguagens e condutas, tanto por parte da sociedade como um todo, quanto por parte

dos religiosos e lideranças de CTTro. Ainda na visão do autor, as epistemologias negras precisam ser assumidas definitivamente como ferramentas de desconstrução do racismo religioso, não se tratando assim de uma questão meramente religiosa e sim epistêmica.

### **3 INTOLERÂNCIA RELIGIOSA NO BRASIL: CONCEITOS E CARACTERÍSTICAS**

O capítulo em questão pretende, conceituar a intolerância religiosa – destacando aqui, a diversidade religiosa existente no Brasil – e fazer um breve percurso histórico para caracterizar como ela ocorre no Brasil.

Os conflitos religiosos são temas de debates constantes nos meios midiáticos. O que mais se ouve dizer é que ainda prevalece a intolerância em larga escala de uns contra outros. Muitos embates viram caso de polícia. Os envolvidos nos enfrentamentos abertos ou fechados parecem se esquecer da necessidade de respeito à diversidade cultural e religiosa.

Por isso, a intolerância, sobretudo a religiosa, trata-se de um tema que se apresenta como necessário e urgente e por estar vinculada às áreas humanas, precisa ser analisada e refletida sob a percepção da ciência, pois só através dessa é possível refletir socialmente sobre o contexto estudado. É um assunto de interesse público e está inserida em diversas áreas humanas; portanto, trazer o debate sobre a intolerância religiosa, sob a percepção da ciência, nos leva a revelar a diferença entre tolerância e intolerância e assim, nos traz reflexões sociais dos contextos estudados.

Observar a amplitude da intolerância no Brasil é uma forma de promover reflexões em torno da tolerância e ressaltar a sua importância em qualquer acontecimento da vida e também no ambiente escolar.

#### **3.1 Intolerância religiosa: uma análise conceitual**

Na bibliografia sobre a temática, autores como Silva (2007), Santos (2010) e Caputo (2012) discutem o conceito do que seria a intolerância religiosa e ambos concordam ao afirmarem que as diferentes formas de intolerância religiosa – especialmente, no ambiente escolar – são infligidas às pessoas ligadas em religiões afro-brasileiras, revelando uma forma de racismo. Utilizarei, ainda no decorrer deste capítulo, conceituações de outros autores para confirmar tal afirmativa e para iniciarmos a análise que fundamentará o debate, tais como o seguinte conceito da ONU reproduzido, sobre a eliminação de todas as formas de intolerância e discriminação fundadas na religião ou nas convicções:

[...] entende-se por ‘intolerância e discriminação baseadas na religião ou nas convicções’ toda distinção, exclusão, restrição ou preferência fundada na

religião ou nas convicções e cujo fim ou efeito seja a abolição ou o fim do reconhecimento, o gozo e o exercício em igualdade dos direitos humanos e das liberdades fundamentais (ROCHA; RODRIGUES, 2013, p.107).

Ao conceito, acrescenta-se a seguinte trecho sobre a intolerância religiosa:

[...] uma expressão que descreve atitudes fundadas nos preconceitos caracterizadas pela falta de respeito às diferenças de credos religiosos praticados por terceiros, podendo resultar em atos de discriminações violentas dirigidas a indivíduos específicos ou em atos de perseguição religiosa, cujo alvo é a coletividade. Essa perseguição religiosa vem, nas últimas décadas, configurando-se em verdadeira batalha espiritual, ameaçando os padrões de uma sociedade alicerçada na ética, na liberdade, na democracia e na cultura da paz (ROCHA; PUGGIAN; RODRIGUES, 2011, p.148).

Se partirmos do pressuposto de que tolerância, a partir do pensamento de Silva e Ribeiro (2007), parte do princípio de que devemos conviver com o outro exatamente porque temos diferenças, chegamos então a concluir que o grande desafio da convivência social é o diálogo com o diferente.

Etimologicamente, tolerar significa levar com paciência, suportar com indulgência, permitir o livre exercício de suportar. Para Mariano (2015), há uma grande diferença entre tolerar e respeitar, e isso é percebido através da constatação de alguns sinônimos da palavra tolerar: aturar, aguentar, suportar. Ora, suportar é o mesmo que resistir; então, a pessoa que tolera as religiões afro-brasileiras está suportando, aguentando por um determinado tempo e/ou momento, diante de uma situação a qual ela não considera confortável. O que a faz tolerar as religiões afro-brasileiras é a legislação vigente – o que nos leva a refletir uma outra questão importante a respeito. Tolerar é diferente de respeitar, uma vez que esse último ocorre quando nos colocamos no lugar do outro e consideramos tudo o que pertence a esse outro, importante, inclusive a sua religião.

Apesar dos vários acontecimentos de intolerância religiosa ocorridos no Brasil serem corriqueiros, é importante ressaltar que ainda prevalece a ideia de que há a tolerância entre as crenças. Na atualidade, o que se percebe é que grupos dominantes ainda são os que mais praticam a intolerância, como é o caso dos ataques constantes por parte dos neopentecostais – grupo religioso que exerce forte influência sobre grande parte da sociedade.

Para mostrar que esta assertiva condiz com a realidade, transcreverei um trecho destacado por Nogueira (2020) sobre a introdução do livro *Orixás, caboclos e guias: deuses ou demônio?* – obra escrita pelo bispo Edir Macedo, em 1998 e dedicada aos pais e mães de santo, líderes espirituais das CTTro.

Dedico esta obra a todos os pais-de-santo e mães-de-santo do Brasil porque eles, mais que qualquer pessoa, merecem e precisam de um esclarecimento. São sacerdotes de cultos como umbanda, quimbanda e candomblé, os quais estão, na maioria dos casos, bem-intencionados. Poderão usar seus dons de liderança ou de sacerdócio corretamente, se forem instruídos. Muitos deles hoje são obreiros ou pastores das nossas igrejas, mas não o seriam, se Deus não levantasse alguém que lhes dissesse a verdade (MACEDO, 1988 *apud* NOGUEIRA, 2020, p. 14).

No trecho, observam-se vários apontamentos sobre a ideia de que há respeito entre as crenças no país. Nogueira (2020), destaca que, segundo o bispo Edir Macedo (1998), os sacerdotes das religiões de matriz africana, apesar de bem intencionados, necessitam de esclarecimento e de instrução e ainda acrescenta que muitos deles hoje são pastores e obreiros da sua igreja. E ainda, se Deus não levantasse alguém que lhes dissesse a verdade, ainda seriam pais e mães de santo.

Sobre as CTTro, tem-se o seguinte conceito e significado para as religiões de matriz-africana:

Uma CTTro é um espaço quilombola que mantém saberes ancestrais de origem africana que são parte da identidade nacional. Um espaço de existência, resistência e (re-)existência. Um espaço político. Território de deuses e entidades espirituais pretas, por meio dos quais se busca a prática de uma religiosidade, a um só tempo terapêutica e sócio-histórico-cultural, que se volta para o continente africano, berço do mundo no Novo Mundo (NOGUEIRA, 2020, p. 15).

Nogueira (2020) informa ao leitor desatento, que a obra do bispo é preenchida de boa intenção e tem como mote a salvação cristã, no qual o bispo e sua igreja são colocados na posição de heróis salvadores. Ainda sobre a obra, o autor cita que as palavras instrução, esclarecimento e levantasse, expostas no trecho, remetem ao sentido de higienização das coisas pretas. A respeito do significado dessas palavras tem-se as seguintes reflexões:

Instrução se opõe a ausência de conhecimento e a amadorismo, ausência de formação, de escola – certamente a escola europeia. Esclarecimento, como diz a própria unidade lexical, quer clarear a atuação de pais e mães de santo dedicados às práticas escuras, pretas, denegridas. E, quando o autor, na condição de representante legal de um Deus único – o Deus dele, forjado por ele e para servir a suas intenções –, diz que seu Deus levantou alguém para que dissesse a verdade aos mentirosos e aos que estão abaixados, assume um discurso etnocêntrico e marcado por autoritarismo e racismo (NOGUEIRA, 2020, p. 14).

O autor conclui que a dedicatória presente no livro do bispo é uma evidente condenação

racista de todas as práticas de origem africana no Brasil, pois não faz uma homenagem, uma louvação orgulhosa, um reconhecimento ao papel das tradições africanas na formação da identidade nacional; pelo contrário, ele se apresenta como um projeto de conversão em massa, por meio da eleição de antissujeito racista, um inimigo, um demônio que seria o responsável pelos males na vida das pessoas.

O leitor mais atento irá perceber que o tom do livro é durante todo o tempo, racista, arrogante e etnocêntrico, escrito por alguém que não pertence a mesma realidade, que não concorda com as práticas realizadas nos terreiros e que embora enxergue os sacerdotes dessas religiões, como bem intencionados, tem a audácia de querer os instruir por achar que a eles, faltam instrução.

O livro – Orixás, caboclos e guias: deuses ou demônio? – foi escrito em 1988, ano em que se deu início a perseguição mais acirrada às CTTro e que marca a retomada do processo de satanização secular, atualmente executado de modo institucional e midiático pelos principais segmentos neopentecostais do país. Julgo necessário aqui, fazer um intervalo na discussão, para falar brevemente sobre o movimento pentecostal e quem são os seus atores, através da seguinte citação:

O pentecostalismo é tido como um movimento de renovação que tem como ênfase a experiência direta e pessoal com Deus por meio do Batismo no Espírito Santo. O termo pentecostal é originado do grego *πεντηκοστή* (*pentekostê*, cinquenta) e descreve a festa judaica das semanas; para os cristãos, o termo significa o dia em que o Espírito Santo desceu sobre os seguidores de Jesus Cristo. O termo pentecostalismo inclui diferentes vertentes teológicas e organizacionais, porém, no Brasil, é comum os pentecostais se autodenominarem evangélicos (BARBOSA, 2010 *apud* NOGUEIRA, 2020, p. 15).

É importante ressaltar que o pentecostalismo é um termo amplo que inclui uma vasta gama de diferentes perspectivas teológicas e organizacionais e podem ser inseridos em mais de um grupo cristão. As igrejas desse movimento moderno começaram a surgir nos Estados Unidos no início do século XX, mas aqui no Brasil elas surgem mais ou menos por volta de 1940.

O termo neopentecostalismo é derivado de Pentecostal e foi aplicado pela primeira vez na década de 1970 para as igrejas que adotam doutrinas e práticas pentecostais e do movimento carismático, mas que não se tornaram alinhados com alguns deles. O movimento surgiu nos Estados Unidos na década de 1980, e os fiéis acreditam na palavra pós – bíblica dos dons do Espírito Santo, incluindo glossolalia (falar em línguas), cura e realização de profecias e praticam a imposição de mãos buscando o Espírito Santo. É comum nessas igrejas ensinamentos

como a batalha espiritual (o confronto espiritual contra os demônios e outras forças malignas), a realização de maldições hereditárias e possessão maligna de corpos.

No Brasil, várias igrejas representam esse movimento, mas a principal delas é a Igreja Universal do Reino de Deus (IURD), fundada em 1977 no Rio de Janeiro, pelo bispo Edir Macedo – o mesmo que homenageia os sacerdotes e líderes espirituais das religiões africanas na obra de 1988 e que é citada no início desse tópico.

Segundo Nogueira (2020), foi também nesse ano que foi constatado o agravamento a perseguição às tradições de origem preta – Umbanda, Quimbanda, Candomblé e afins –, e ainda revela ao longo de sua obra que a igreja a IURD criou uma espécie de espetáculo violento contra tudo que, aparentemente, era identitária, filosófica e liturgicamente relacionado às influências africanas no Brasil. Ainda, conforme o autor, forças políticas aliaram-se à demonização da CTTro:

[...] um projeto de poder fortaleceu-se e a intolerância religiosa tornou-se igualmente esse lugar de pseudo- heróis salvadores do Brasil contra vilões responsáveis por todos os males da sociedade e da alma humana. O proselitismo religioso e eleitoral misturou-se de modo que não se sabe mais o que é religião e o que é política (NOGUEIRA, 2020, p. 15).

Pensando na questão da fé e sua efetiva concretização de um projeto específico, Nogueira (2020, p.16), nos traz a seguinte análise: “Está posto que, de modo geral, a cristianização da sociedade é mais do que um movimento de fé. Trata-se efetivamente de um projeto de poder”.

O autor nos remete à Assembléia Constituinte de 1988, episódio que marca o início da luta, por parte de grupos evangélicos, para ter concessões públicas de estações de rádio e canais de TV e a criação de grupos de comunicação, por parte de grupos evangélicos. A atual Frente Parlamentar Evangélica (ou Bancada Evangélica), conta no ano de 2020 com um total de 90 parlamentares no Congresso – um exemplo de como que esse grupo religioso vem ocupando cada vez mais espaços nas esferas do poder. As concessões de rádio e TV tornaram-se em uma espécie moeda de troca política, onde a estratégia é assegurar vagas em várias comissões no Congresso para barrar agendas na Comissão de Seguridade Social e Família e garantir as concessões públicas de meios de comunicação na Comissão de Comunicação.

A representação política do grupo evangélico, vem crescendo a cada dia, de modo que que podemos concluir que suas forças econômica, política e midiática e sua capacidade de difundir a mensagem são ferramentas eficazes para a expansão do número de fiéis. Na atualidade, ser evangélico significa ter um valor eleitoral cada vez mais forte.

A CF/88, no caput do artigo 5º e seu inciso VI, informa que todo indivíduo, não só tem o direito à liberdade de crença como também de professá-la e ela será protegida, dentro dos parâmetros legais, por meio da proteção aos templos e cultos que dela emanarem (BRASIL, 1988). Mas, o que temos visto no Brasil é a imposição por meio da criação de um inimigo comum associado às tradições africanas, que não se iniciou ontem, mas não foi uma regra ao longo da história. Guimarães (2004) já pontuava, há quase duas décadas atrás, sobre a intolerância religiosa:

A intolerância está na raiz das grandes tragédias mundiais. Foi ela que destruiu as culturas pré-colombianas e promoveu a inquisição e a caça às bruxas. Foi a intolerância religiosa que levou católicos e protestantes a se matarem mutuamente na Europa, ou hindus e muçulmanos a fazerem o mesmo na Índia. Foi a intolerância que levou países a construir um sistema de apartheid ou a organizarem campos de concentração (GUIMARÃES, 2004, p. 28).

Ainda, segundo o próprio autor, a intolerância religiosa não é algo recente na história da humanidade, vários eventos ocorridos durante o decorrer desta, mostram que ela ocorre desde a Antiguidade – como abordado no tópico que segue.

### **3.2 Uma breve história sobre a intolerância religiosa**

Platão – na obra A Apologia de Sócrates – é um exemplo da ocorrência de intolerância religiosa na história da humanidade e, especificamente, na Antiguidade. O filósofo foi julgado e condenado pela acusação de perverter outros jovens na busca pela verdade, como também por não professar os valores religiosos da sociedade Grega Antiga. Outro exemplo bastante conhecido é a crucificação de Jesus Cristo. O evento marcou a história da humanidade e simboliza a intolerância; afinal, conforme é revelado na Bíblia Sagrada, o judeu Jesus de Nazaré foi julgado e condenado porque foi acusado de violar as regras e tradições judaicas e discordar dos princípios religiosos de sua época. De acordo com Guimarães (2004), fatos que mostram que a intolerância sempre existiu e de que ela deve a todo tempo, ser combatida.

Romilly (1997) defende que o ato de intolerância ocorrido com o filósofo Sócrates foi um acontecimento bastante significativo no ponto de vista da intransigência, já que a ideia de tolerância na Grécia Antiga não era uma questão de expressão – tratava-se, também, de compreender o pensamento do outro, ouvi-lo, leva-lo em conta, independente de qual fosse sua opinião. O homem grego, naquele período, queria domar o espírito de querela, de vingança, e introduzir, antes de tudo, a justiça; depois, se possível, a suavidade, a equidade, a compressão.

Já na história dos romanos, esses foram conhecidos por sua crueldade e ações violentas contra os primeiros cristãos do Império. Foram caracterizados por aspectos nítidos de intolerância. De acordo com Cavalcante (1988), observa-se que, em todo mundo, diferentes povos mostram a intolerância inerentemente humana. As perseguições por parte dos próprios judeus, ocorrem mais fortemente até o ano de 64, por esses não consentirem com a forma como os seguidores de Jesus vivenciavam as leis judaicas

Após o ano de 250 d.C ocorrem as “grandes perseguições”, nas quais os imperadores romanos, entre os quais, estão Décio (250-251) e Diocleciano (303), declararam-se inimigos dos cristãos (STE-CROIX, 1981).

Segundo Adragão (2002), no século IV cessaram as perseguições religiosas dos romanos contra os cristãos. Nesse período, mais especificamente no ano 313, o Imperador Constantino concedeu o Édito da Tolerância. A partir desse momento, os cristãos obtiveram existência legal e liberdade para a prática religiosa. Além disso, foi permitido, dentro dos limites do império, que todos os cidadãos escolhessem sua própria religião.

Com a aparente liberdade religiosa, verifica-se na história que a oficialização do Cristianismo transformou a Igreja Católica em uma instituição conservadora. A mensagem revolucionária de liberdade e igualdade se afastou da prática religiosa. Kamen (1967) ressalta que, a partir de então, ocorreu o desarraigamento da heterodoxia religiosa. Com isso, iniciaram-se os castigos aos cristãos heterodoxos e a perseguição governamental às outras religiões, promovendo a intolerância.

### **3.3 Intolerância religiosa no Brasil**

No Brasil, assim como na história da humanidade, a intolerância religiosa também não é algo recente, mas suas formas de manifestação se modificam de acordo com a organização política, cultural e econômica de cada sociedade em determinado tempo e espaço. Buscaremos então aqui, refleti-la através da sua construção histórica, resgatando a herança cultural e lembrando todo o processo da dominação europeia e exclusão dos minoritários, ao qual ela está ligado.

O Brasil vem estruturando suas relações sociais, desde o período colonial, sobre uma organização social classista, escravocrata e patriarcal, ancorando-se, do ponto de vista ideológico, em uma moral conservadora e violenta. Desde o período escravocrata-senhorial, o indivíduo diferente em relação ao padrão dominante era tratado como inferior, sem capacidade intelectual e cultural, sem alma (SILVA, 2009, p.125).

No período colonial, a cor da pele era uma referência para identificar quem era o subalterno e quem detinha o poder, estabelecendo as relações sociais e identidade dos povos através da raça. O domínio colonial era imposto a toda população e as histórias, crenças e a cultura de índios e negros eram ignorados em prol da construção de uma nova identidade forçada com traços europeus (SILVA, 2009). É importante aqui ressaltar, que a dominação tinha como objetivo escravizar povos – considerados pelos europeus como inferiores –, de forma organizada para produzir mercadorias para as metrópoles que as revendiam para o mercado mundial.

No Brasil colonial, a mistura cultural e social foi marcante. Diegues Junior (1980) afirma que os mestiços mais característicos do Brasil nasceram nos engenhos de açúcar e nas fazendas de criação de gado desse período: o mulato, nos engenhos de açúcar – mistura proveniente do encontro sexual entre o branco e o negro escravizado; o mameluco, nas fazendas de criação de gado – gerado das relações entre o branco e o indígena. Afirma, ainda, que a maior mescla com o negro ocorreu no nordeste açucareiro e na província fluminense, regiões onde os escravizados foram inseridos.

Observa-se que o fenômeno da mestiçagem caracterizou o Brasil colonial, o que teria sido, segundo Diegues Junior (1980), um fator que contribuiu para que o negro fosse colocado na posição de inferioridade, não apenas na sua etnia, mas também na sua cultura. Visto como uma raça inferior, ele foi estigmatizado de forma negativa social e culturalmente – condições mínimas lhe foram negadas, em virtude do afastamento familiar e vivência de seus valores.

Mesmo ocorrendo esse bloqueio social e cultural do negro escravizado no Brasil, observa-se que muitos elementos culturais e traços da sua cultura subsistiram em relação aos valores religiosos – o que demonstra a resistência desses povos por aqui. Rudimentos culturais dos povos africanos também se mesclaram com outros valores europeus e indígenas.

Ao catolicismo ibérico coube passar por algumas acomodações para atender às particularidades da colônia portuguesa. Diegues Junior (1980) destaca que pelas circunstâncias de como ocorreu a colonização, foi preciso se atenuar os escrúpulos e os princípios morais exigidos pela Igreja Católica. Assim, o catolicismo teve que disciplinar as relações sociais e a formação moral da sociedade que estava se formando.

Nessa ocasião, havia a ideia, por exemplo, que após a linha do Equador, os povos que lá viviam, não se acreditavam no pecado. Por isso, juntamente com os aspectos religiosos, foi se estabelecendo a comemoração profana das festas da Igreja – festas populares comuns em todas as áreas do país, mesmo aquelas em que o catolicismo era mais presente, como novenas, tríduos, mês de maio, natal, entre outros. Segundo Diegues Junior (1980), tudo isso se

caracterizava por seu prolongamento ao lado profano, em virtude da participação de escravos nas festividades religiosas.

Sobre o aspecto religioso profano, Diegues Junior (1980) destaca as influências indígenas e africanas. O uso de amuletos, como a figa, que foi introduzida pelo negro africano é algo que, ainda hoje, muitos brasileiros utilizam com a finalidade de afastar os maus espíritos e o mau olhado. As benzeduras ou as curas de mau-olhado foram traços herdados não apenas pelos africanos, mas também dos indígenas. Já a interpretação dos sonhos, adivinhações e tabus são manifestações encontradas entre as populações católicas do Brasil. Desta forma, essa junção cultural de diferentes povos resultou na religiosidade sincrética em nosso território.

As condições degradantes que eram submetidos os negros escravizados – o que podia ser observado a partir dos locais em que viviam e trabalhavam – e os castigos a que eram submetidos, os levaram a estabelecer uma mútua solidariedade étnica. Assim, a religião se tornou um elemento de união entre os negros.

Bittencourt Filho (2003), afirma que os africanos teceram um vasto e complexo processo sincrético e buscaram contornar as diferenças entre as religiões ancestrais que trouxeram para o Brasil. Além disso, acolheram conteúdos das religiões indígenas, quando equivalentes aos seus, para evitar o confronto direto com os senhores de engenhos, que não lhes permitiam a prática de outra religião que não fosse a Católica e, assim, foi se dissimulando de suas crenças para justaposicionar os orixás com os santos católicos.

Em decorrência da violência empregada pelos proprietários de escravos, a magia ganhou grande destaque na prática religiosa dos negros e a crença nos poderes mágicos continuou – as vezes de forma explícita; outras, de modo velado. Sobre o amparo as forças sobrenaturais para suportar a opressão a que estavam submetidos e a fusão sincrética, Bittencourt Filho (2003, p.61) pontua que “cronistas nos informam que, na maioria dos quilombos, eram praticados ritos que mesclavam usos indígenas e africanos, com o catolicismo”.

O catolicismo imposto no Brasil colonial não foi um instrumento de controle social suficiente. Esta ideia é defendida por Batisde (1989), que alega que cada classe social foi interferindo nos valores da outra classe, estabelecendo trocas culturais que resultaram em sincretismos.

Segundo Diegues Junior (1980), o culto dos orixás, trazidos pelos africanos, transformou-se: no Candomblé da Bahia; no Xangô do Nordeste; na Macumba do Rio de Janeiro; no Tambor de crioula do Maranhão. Os festejos de tais religiosidades ocorrem em templos próprios que são chamados de terreiros. Os sacerdotes são chamados de babalorixás ou babalaôs e, quando se trata de sacerdotisas, são chamadas de Ialorixás – as filhas de Santos.

Além disso, o autor ainda afirma que cada um dos orixás foi identificado como um santo católico.

O sincretismo de diversos elementos culturais que deu origem ao Candomblé, é explicado por Bittencourt Filho (1980), como resultado do processo transcultural, no qual houve a junção de características africanas e católicas. Por isso, é comum encontrar no terreiro do Candomblé pessoas batizadas com nomes de santos católicos – como Santa Bárbara e São Jerônimo.

O sincretismo religioso formado no Brasil, desde a sua origem, determinou características próprias em nossa religiosidade e produziu “a coexistência, numa só pessoa, de concepções religiosas, filosóficas e doutrinárias, por vezes opostas, e mesmo, racionalmente inconciliáveis” (BITTENCOURT FILHO, 2003, p.68) – ou a chamada Matriz Religiosa Brasileira.

Os principais elementos que se agregaram na formação da Matriz Religiosa Brasileira, foram: o Catolicismo ibérico e a magia europeia, juntamente com as religiões indígenas; as religiões africanas, por sincretismos; o Espiritismo europeu e algumas frações do Catolicismo romanizado. O Catolicismo romano, a presença e a influência da Matriz Religiosa Brasileira não representaram um problema; por outro lado, os protestantes no Brasil tiveram reações diferentes diante da Matriz Religiosa – o que produziu muita intolerância religiosa.

Bittencourt Filho (2003) explica que o Protestantismo identificava como o mal, o pecado e a heresia e todos os valores religiosos advindos dos sincretismos. Suas missões negavam as expressões religiosas oriundas da Matriz Religiosa Brasileira e, assim, a identidade evangélica brasileira foi caracterizada pela reprovação aos valores plurais da religião – o que contribuiu para que surgisse o conflito entre as religiões, tornando o cenário perfeito para o estabelecimento da intolerância religiosa.

Desta forma, a Matriz Religiosa Brasileira foi, “de forma lenta e gradualmente, minando a ortodoxia rígida e eclodiu nas diversas modalidades de carismatismos que, a partir dos anos 1960, provocaram profundas divisões internas nas denominações tradicionais” (BITTENCOURT FILHO, 2003, p. 44).

O movimento Pentecostal, resgatou alguns elementos da religiosidade da Matriz Religiosa Brasileira e utilizou em suas expressões religiosas. Conforme destaca Bittencourt (2003, p.44), “o sucesso de uma proposta no campo religioso brasileiro seria diretamente proporcional ao seu comprometimento explícito ou implícito com a Matriz Religiosa Brasileira”.

E assim, foi formando-se a identidade religiosa do Brasil, que a partir da colonização dos portugueses, culminou em diversas manifestações religiosas e que, apesar da intolerância religiosa verificada através dos contatos culturais entre os povos que aqui viviam – índios, negros e portugueses –, sempre houve por imposição estatal, predomínio dos valores católicos, ocorrendo assim, um convívio harmonioso entre as expressões religiosas. Mas, as coisas mudaram no campo religioso brasileiro. Com a chegada dos protestantes, diversos conflitos religiosos se iniciaram, envolvendo principalmente católicos e protestantes. Ainda hoje, tais conflitos perduram – agora, entre protestantes do movimento neopetecostal e os adeptos das religiões.

#### 4 A INTOLERÂNCIA RELIGIOSA NAS PRODUÇÕES ACADÊMICAS

Conforme já afirmado, realizei uma pesquisa no banco de dados da CAPES, com a pesquisa de trabalhos realizados com a mesma temática. Utilizando os descritores intolerância religiosa e escola, verifiquei a vasta abordagem. Porém, foram selecionados somente os trabalhos cujo foco foi a intolerância religiosa no âmbito escolar.

Também tive a curiosidade de pesquisar o termo racismo religioso no mesmo banco de dados, encontrando apenas uma dissertação defendida no ano de 2019 – acredito que o resultado estabeleça relação com o fato da expressão ainda ser pouco mencionada na academia, visto que a obra de Nogueira (2020) foi publicada recentemente.

Entre os trabalhos selecionados, tem-se como achados: uma tese de doutorado e quatro dissertações de mestrado, defendidas entre os anos de 2015 a 2019 e que abordam a temática sob diferentes perspectivas.

Na tese de Patrício Carneiro Araújo – Entre o terreiro e a escola: Lei 10.639/2003 e intolerância religiosa sob o olhar antropológico –, defendida em 2015, é trazido um panorama sobre a intolerância religiosa e o racismo no Brasil, tendo como marco temporal o ano de 2015. O autor parte da hipótese, que é confirmada ao final da pesquisa, de que a intolerância religiosa contra as pessoas ligadas às religiões afrobrasileiras constitui uma forma de racismo, e que o mesmo assume diferentes formas no Brasil e, ainda que tem se manifestado através da negação da herança cultural representada por essas religiões.

Para fomentar sua pesquisa, Araújo (2015) inseriu-se no duplo universo da escola e dos terreiros, interlocutou com pessoas que transitam entre o terreiro e a escola e acompanhou as dinâmicas do campo religioso brasileiro – campo esse onde observou um crescimento intensificado nos casos de perseguições e violências contra as populações afro-brasileiras, além de um assustador crescimento de conflitos que denunciam a terrível relação entre racismo e intolerância religiosa. Seu outro achado com a pesquisa foi de que o racismo institucional, presente no universo escolar, impede a implementação satisfatória da Lei 10.639/2003 – que tornou obrigatória o ensino de história e cultura africana e afrobrasileira na educação básica em todo o país.

Na dissertação de Midian Domingos Alves de Azevedo – Intolerância religiosa no cotidiano escolar: análises de registros midiáticos –, defendida no ano de 2017, é mostrado a investigação da autora mediante referências bibliográficas e utilizando uma abordagem crítico-teórica, sobre o percurso histórico da intolerância religiosa no Brasil, utilizando para tal, alguns

registros midiáticos da intolerância religiosa no ambiente escolar.

Azevedo (2017) afirma durante a escrita, que o contexto social está o tempo todo reatualizando a estrutura colonial, e para sustentar sua escrita, buscou bases teóricas que permitiram afirmar que o racismo é o principal elemento que contribui para a exclusão de religiões de matrizes africanas e seus adeptos. A autora também refletiu sobre a escola como um lugar de desigualdade, enfatizando legislações que nos norteiam para uma discussão acerca da desigualdade racial e sobre a Lei 10.639/2003 – que estabelece a inclusão no currículo da educação básica, das temáticas de história e cultura afro-brasileira e o papel dos profissionais envolvidos no processo de ensino-aprendizagem.

Ao concluir sua pesquisa, Azevedo (2017) pontuou que: as salas de aulas são espaços onde se deve dar voz e vida a grupos minoritários; que a formação continuada de professores é necessária para que o mesmo esteja preparado para lidar com a diversidade religiosa e a multiculturalidade; que algumas universidades e ou cursos de formação de professores não valorizam o estudo da história e cultura afro-brasileira, mesmo contendo legislações que embasam sua obrigatoriedade.

Afirmou, ainda, que a colonização do saber, a formação do profissional da educação, a postura do professor em sala, a falta de formação continuada, os valores religiosos transmitidos aos alunos, o domínio da religião cristã nas escolas, a obrigatoriedade do ensino religioso nesse espaço e a intolerância religiosa, são fatores que dificultam a aplicação da Lei 10.639/2003 no espaço escolar. Contudo, registrou que o caminho para solucionar esses problemas cotidianos no ambiente escolar pode ser constituído das seguintes ações: a luta; a reestruturação das práticas pedagógicas; o conhecimento e a valorização da pluralidade cultural; o combate ao preconceito e à intolerância religiosa; o incentivo ao combate ao racismo; a valorização da autoestima e da autoconfiança; a reafirmação da identidade; a apresentação do processo de luta e; a resistência da cultura afrodescendente. O caminho simboliza o percurso para que ocorra o respeito a diversidade religiosa dentro desse espaço.

Na dissertação de Maria do Carmo de Moraes Mata Rodrigues – Redes educativas e o diálogo pela liberdade religiosa: uma narrativa com Kayllane – defendida no ano de 2017, é abordado o atentado de intolerância religiosa sofrido por Kayllane e através desse episódio, a autora inicia uma narrativa dos principais acontecimentos que envolvem as vivências de desta e de outras crianças sobre o assunto.

Rodrigues (2017) buscou conceitos sobre intolerância e revelou algumas denúncias de intolerância religiosa em escola buscando embasamento teórico. Em sua pesquisa, quis mostrar que é possível o diálogo entre educadores nas diversas redes educativas e o quanto nociva é a

intolerância religiosa. Para a autora é possível trazer essas vivências cotidianas para o debate aberto plural com a intensão de desmistificar preconceitos e estabelecer o respeito, já que as diversas redes educativas estão em permanente diálogo e que o mesmo se dá a partir da noção dos ‘conhecimentossignificações’ que são tecidos em redes, de modo rizomático e complexo.

A dissertação de Claudia Maria de Jesus Castro – *Jovens e Tambores: preconceitos da religião afro-brasileira no contexto escolar* –, defendida em 2017, traz uma investigação de quem são esses jovens de religiões afrodescendentes e os sentidos que atribuem à sua religião e à escola. A investigativa da autora trouxe à tona os sentidos atribuídos pelos jovens de terreiros à sua religião e ao espaço laico para assim, compreender a articulação entre estas religiões e o espaço laico da instituição de ensino. Além disso, a mesma aprofundou os estudos sobre as juventudes e as religiões para entender suas matrizes afro-brasileiras no contexto escolar, a despeito de todo um movimento de consolidação de políticas afirmativas, de garantias de direito e de obrigatoriedade de ensino da História das culturas afro-brasileiras no âmbito escolar, com a Lei 10.639/03.

Durante o processo de investigação, Castro (2017) pontuou que o campo educacional tem-se mostrado resistente as diversas manifestações culturais, religiosas que não são legalmente reconhecidas, constatou também que há uma invisibilidade da Lei 10.639/03 no espaço escolar. Os resultados recolhidos após sua investigação também demonstraram que os jovens de terreiro atribuem sentido simbólico aos conhecimentos e à sua cultura, considerados sagrados, que circulam no universo do terreiro e, por sua vez, aprendem no dia a dia, em qualquer lugar do templo do axé. A autora conclui que o espaço dito laico tem um papel primordial na construção de pontes com os saberes observados no terreiro onde os jovens praticam os diversos espaços da organização social da Casa de Santo, e defendem essa cultura diferenciada da cultura legitimada na sociedade e na escola.

A dissertação de Gustavo Jaime Filizola – *As crianças de candomblé e a escola: pensando sobre o racismo religioso* –, defendida no ano de 2019, demonstrou as consequências do racismo religioso no ambiente escolar para as crianças do candomblé; identificou que os ideias eurocêntricos-cristãos geram a discriminação religiosa com crianças candomblecistas; analisou os elementos do candomblé que mais geram interpretações negativas oriundas de outros segmentos religiosos e; ainda, fez uma análise de como as crianças de terreiro vivenciam sua identidade religiosa diante dessa problemática na escola.

Filizola (2019) utilizou, como aporte teórico, estudos que possuem filiação com as pesquisas sobre racismo religioso, candomblé e identidade religiosa. Metodologicamente, utilizou-se da abordagem qualitativa na perspectiva sócio-histórica e cultural; mas, também se

apropriou da observação e entrevista semi-estruturada, utilizando em campo, de instrumentos como: diários, máquina fotográfica e gravador. A coleta de dados foi feita em um terreiro de candomblé e em duas escolas: uma pública e a outra privada.

Após a coleta de dados, Filizola (2019) identificou que a discriminação religiosa na escola repercute na subjetividade de crianças candomblecistas e que esse fenômeno deve ser estudado sob uma perspectiva da interseccionalidade, uma vez que, há múltiplos fatores que agravam essa problemática – não só na questão da condição religiosa, como também aos aspectos de classe, raça, grau de escolaridade, gênero, nível socioeconômico e contexto familiar. Ao final, o autor pontua que terreiro, família e escola precisam dialogar mais para atenuar os efeitos do racismo religioso nas subjetividades das crianças candomblecistas. Vale ressaltar, que essa foi a primeira dissertação – dentre as pesquisadas para este estudo –, que traz a expressão racismo religioso em sua titulação e durante todo processo de escrita do autor.

#### **4.1 A discussão sobre intolerância religiosa nas produções acadêmicas pesquisadas**

##### **4.1.1 A intolerância religiosa sob a perspectiva dos autores nos trabalhos pesquisados**

A partir da apresentação dos trabalhos pesquisados no banco de teses e dissertações da CAPES, vamos neste tópico elencar o ponto comum entre os autores que dedicaram suas pesquisas sobre a intolerância religiosa no espaço escolar.

Araújo (2015), traçou um panorama sobre a intolerância religiosa no Brasil até o ano de 2015 e ofereceu ao leitor uma discussão, ampliando os debates sobre a intolerância religiosa no contexto escolar. Sua pesquisa também abarcou os motivos que dificultam a implementação Lei 10.639/03 no universo escolar. O fio condutor durante toda a escrita de sua pesquisa é tramado em torno de duas teses: a primeira é a de que existe racismo no mundo escolar e esse fato dificulta a implementação da Lei 10.639/03. A segunda é a de que a intolerância religiosa, presente no mundo escolar, contra seguidores de religiões afro-brasileiras, representa uma forma de racismo.

Araújo (2015), ainda afirma que os atos de intolerância que se configuram como forma de racismo são observáveis não só entre os alunos; mas, também entre professores, gestores e funcionários.

A pesquisa de Filizola (2019) é a única que traz em seu título a expressão racismo religioso. Durante a escrita, o autor pontuou as consequências do racismo religioso no ambiente escolar para as crianças do candomblé e identificou que os ideais eurocêtricos-cristãos geram

a discriminação religiosa com crianças candomblecistas na escola.

A motivação de sua pesquisa sobre a temática veio a partir de suas observações na ambiência escolar onde crianças e adolescentes se envergonham por pertencerem às religiões de matrizes africanas. A partir de então, Fiziola (2019) começa a se interessar por questões que envolvem preconceito e discriminação, em especial do racismo religioso com as crianças praticantes do candomblé. Sua conclusiva é a de que o racismo religioso é fruto de um racismo estruturante das relações sociais.

Azevedo (2017) realizou um percurso histórico da intolerância religiosa no Brasil, utilizando alguns registros midiáticos da mesma dentro do espaço escolar. A partir daí, a autora pontua que o contexto social está, o tempo todo, reatualizando a estrutura colonial e que o racismo é o principal elemento que contribui para a exclusão de religiões de matrizes africanas e seus adeptos. Pontuou, ainda, a escola como sendo um espaço onde se refletem inúmeras desigualdades e potencializa a invisibilidade dos iniciados nas religiões afrobrasileiras.

A pesquisa de Rodrigues (2017) usa como ponto inicial para a sua reflexão o atentado de intolerância religiosa sofrido por Kayllane Campos, de 11 anos – o caso foi amplamente noticiado no ano de 2015. A menina foi apedrejada na rua por dois jovens, na saída de uma cerimônia de candomblé. A partir do episódio, a autora inicia uma narrativa dos principais acontecimentos que envolvem as vivências de Kayllane e outras crianças candomblecistas.

Assim, pautada no referencial teórico de diversos autores, Rodrigues (2017) buscou conceitos sobre intolerância e revelou algumas denúncias de intolerância religiosa em escolas para mostrar o quão nociva é a intolerância religiosa. A autora acredita que é possível trazer essas vivências cotidianas para o debate aberto plural, na tentativa de desmistificar preconceitos e estabelecer o respeito, já que as diversas redes educativas estão em permanente diálogo.

Investigar quem são os jovens de religiões afrodescendentes e os sentidos que atribuem à sua religião e à escola foi o objetivo central da pesquisa de Castro (2017). A autora também trouxe os sentidos atribuídos pelos jovens de terreiros à sua religião e ao espaço laico, para compreender a articulação entre estas religiões e o referido espaço da instituição de ensino.

Castro (2017) objetivou, ao longo de seus estudos, contribuir para desconstrução da visão negativa que a sociedade civil utiliza-se para deslegitimar religiões afrobrasileiras; sobretudo, a do Candomblé. Afirma, ainda, que a visão estigmatizada e preconceituosa associada ao modo como construímos, ao longo do tempo, nossas relações, são marcadas pelas grandes diferenças sociais entre brancos e negros e tudo que está relacionando a esse último.

Dentro dessa configuração malgrado de intolerâncias religiosas contra as religiões de raiz africana, de expressar sua liberdade religiosa e venerar seus orixás, segundo Castro (2017),

a participação do Movimento Negro foi decisivo na articulação para se exigir ações afirmativas em respeito ao desenvolvimento social do povo negro, como também na sua luta pela conquista da Lei 10.639/03 – que estabelece a obrigatoriedade do ensino de História da África e da Cultura Afro-brasileira nas escolas públicas e privadas, no Ensino Fundamental e Médio, e sua aplicabilidade nesses espaços educativos que abriga diversas manifestações religiosas.

Nota-se que a visão de intolerância religiosa nos trabalhos pesquisados se direciona para um ponto comum: ambos pesquisadores afirmam que a base dessa intolerância está centrada no racismo estruturante das relações sociais e que, também, está presente no espaço escolar .

Pode-se constatar que a medida que o tempo passa, a sociedade reatualiza essa estrutura colonial do preconceito contra pessoas negras e tudo que envolve a cultura desse povo. Ao longo do tempo, foi construída uma visão estigmatizada e preconceituosa sobre as religiões africanas. A falta de conhecimento sobre essas, somadas aos valores cristãos eurocêntricos, ao preconceito, às diferenças sociais e religiosas existentes no ambiente escolar, potencializam o a intolerância contra os alunos de terreiro.

Apesar da existência da Lei 10.639/03, fatores como a colonização do saber, a formação do profissional da educação nas universidades, a postura do professor em sala, a falta de formação continuada voltada pra essa temática e que deveria ser ofertada aos professores da educação básica, dificultam a aplicação da legislação, de forma ampla e adequada, nas instituições de ensino.

Sabe-se que através da supracitada lei é possível discutir nos currículos, nas salas de aula e no cotidiano escolar, o conhecimento e o estudo dos elementos e valores culturais civilizatórios africanos e afro-brasileiros presentes nas religiões afro-brasileiras – conhecimentos que só fortalecerão uma cultura de paz na escola. Compreendo que negar, assim como afirmar a existência do racismo religioso na escola, são formas que só alimentam a desumanização dos alunos de terreiro existentes nesses espaços.

#### **4.1.2 Os casos de intolerância religiosa citados nos trabalhos pesquisados**

O tópico em questão tem a intenção de compreender a forma como o preconceito, a discriminação e, principalmente, o racismo se materializam nas relações e práticas estabelecidas nas escolas, a partir dos casos citados nas pesquisas realizadas durante o meu estudo. O objetivo é apenas citar tais casos e não analisá-los.

Araújo (2015), tomou como objeto de reflexão três casos de intolerância religiosa e racismo registrados em três escolas públicas nos anos de 2009, 2012 e 2014, ocorridas em duas

regiões geográficas relativamente distantes entre si – o que para o autor, confirma de que os casos acontecem no país inteiro.

O primeiro caso ocorreu no mês de novembro de 2012, na cidade de Manaus/AM, na Escola Estadual Senador João Bosco Ramos de Lima. A mesma promoveu um projeto interdisciplinar – chamado Preservação da Identidade Étnico Cultural Brasileira – que objetivava contemplar as discussões relacionadas com as populações, a história e a cultura afrobrasileira. Porém, um grupo de alunos evangélicos se recusaram a participar das atividades alegando que o tema era contrário às suas convicções religiosas, por constituir apologia ao politeísmo, prostituição e homossexualidade, conforme foi largamente noticiado na imprensa à época.

O segundo caso ocorreu em 2009, envolvendo a professora de literatura e umbandista Maria Cristina Marques. Ela foi acusada pela diretora (evangélica) da Escola Municipal Pedro Adami, localizada em Macaé/RJ, e por alunos e pais da mesma orientação religiosa da diretora, de fazer apologia ao diabo – tudo isso porque a professora resolveu adotar, em sala de aula, o livro *Lendas de Exú*, de autoria de Adilson Martins, para falar sobre a pluralidade das lendas.

Na visão dos que a condenavam, seu crime teria sido adotar, como material didático um livro – que inclusive é recomendado pelo Programa Nacional do Livro e do Material Didático (PNLD) do Ministério da Educação (MEC) –, que tratava da mitologia ligada ao orixá Exú. O caso de flagrante de intolerância religiosa e intrasigência administrativa da diretora da escola de Macaé/RJ, que chamou a atenção da imprensa carioca e, posteriormente, ganhou notoriedade nacional, foi respaldada no fanatismo dos pais e dos alunos que seguiam a mesma orientação religiosa da diretora.

O terceiro caso ocorreu no dia 25 de agosto de 2014, no qual um aluno foi impedido pela diretora de entrar na Escola Municipal Francisco Campos, situado no bairro do Grajú, zona norte do Rio de Janeiro/RJ, por portar no pescoço a sua guia (colar sagrado do candomblé) e bermuda branca. Segundo o depoimento da mãe, ao deixar o filho na escola, o mesmo foi impedido pela diretora, que ao colocar a mão em seu peito e disse que o mesmo não iria entrar. O episódio teria sido feito na frente de todos os pais e alunos que ali se encontravam no momento – o que para o aluno e sua mãe foi algo extremamente humilhante, triste e constrangedor. A mãe recorreu à Coordenadoria Regional de Ensino (CRE), que conseguiu a transferência do aluno para outra unidade escolar.

Na pesquisa realizada por Azevedo (2017), é trazido o mesmo caso citado em Araújo (2015) – do aluno de 12 anos, que foi impedido de entrar na escola do bairro Grajaú, situado no Rio de Janeiro/RJ, por estar portando a guia e os trajes característicos do candomblé. Azevedo (2017) pontua, ainda, que os objetos característicos do candomblé não são comuns no cotidiano

de muitas pessoas, e o que está no imaginário social como padrão aceitável, são os objetos sagrados cristãos. Para a autora, o que foge do que está padronizado, além de causar desconforto para alguns, os mobiliza a ter atitudes discriminatórias.

Rodrigues (2017) cita o caso da menina Kayllane Campos ocorrido em 2015 na cidade do Rio de Janeiro/RJ, que apesar de não ter sido no espaço escolar, serviu para que a mesma traçasse uma narrativa dos principais acontecimentos que envolveram suas vivências e de outras crianças do candomblé, e denunciar a intolerância religiosa ocorrida em escolas na cidade do Rio de Janeiro/RJ, através do contato que foi feito com o Centro de Promoção da Liberdade Religiosa (CEPLIR). O autor conversou com Lorrana Machado, coordenadora do centro, que revelou ter recebido a denúncia de uma escola que punia os alunos que não sabiam cantar o hino de louvor adotado todos os dias na entrada. A punição era a cópia da letra do hino de louvor em sala de aula, até decorá-lo.

Em sua pesquisa, Castro (2017) não se ateu aos casos específicos de intolerância religiosa no ambiente escolar. Preferiu relatar os percursos escolares dos jovens de terreiro e constatou que os mesmos são marcados por interrupções, reprovações, retornos, esperanças e pontuados por irregularidades e a linearidade. Destacou que o que mais impacta no futuro escolar desses agentes é o capital cultural – que denomina na pesquisa como *habitus*, que contribui para legitimar desigualdades que são de origem social, cultural e, sobretudo econômico, que potencializa o mal desempenho na aprendizagem.

#### **4.1.3 As propostas de combate a intolerância religiosa elencadas nas pesquisas**

Notamos que, no processo de construção de cada uma das pesquisas, os autores revisitados tiveram razões específicas para iniciar um estudo sobre a intolerância religiosa nos espaços escolares. Da autoria das pesquisas selecionadas para a construção desta dissertação, existem autores/professores que atuam na educação básica de ensino na rede pública e todos são categóricos em pontuar que as escolas sempre privilegiam conteúdos hegemônicos e eurocêntricos, afastando e dificultando a vida de alunos pertencentes às religiões de matrizes africanas.

Araújo (2015) admite que existem muitas iniciativas educacionais voltadas para o racismo nas suas diferentes formas de manifestação – como é o caso da Lei 10.639/03. Porém, também pontua que o racismo institucional, presente no universo escolar, impede a implementação satisfatória da lei nesse espaço, e que sempre que o tema relacionado às religiões afrobrasileiras é incluído na discussão, há resistência por parte dos alunos, professores

e gestores em desenvolver a discussão da temática. Justifica, pois, em muitos casos, esse racismo se manifesta através dos próprios professores e gestores escolares.

Araújo (2015), demonstrou ao final da pesquisa que a intolerância religiosa, na sua forma infligida contra pessoas ligadas às religiões afrobrasileiras, se configura como uma das formas de manifestação do racismo à brasileira. Como proposta para o fim da prática do racismo, o autor sugere atuações anti-racistas nos espaços educacionais e sociais e indica, como instrumento de apoio para essas atuações, o Guia de Enfrentamento do Racismo Institucional – elaborado pelo coletivo de mulheres negras Geledés e que é facilmente encontrado na *internet*.

Filizola (2019), acredita que, através de atitudes interdisciplinares, a questão do racismo religioso no espaço escolar pode ser ao menos amenizada – uma vez que é possível docentes e gestores realizarem trabalhos de diálogo com a diversidade cultural presentes nele. O autor entrevistou vários educadores e também pessoas ligadas aos terreiros e concluiu que é importante haver uma reflexão sobre as práticas adotadas nas escolas que questionam as relações étnico-raciais baseadas no preconceito e desqualificam as crianças do candomblé, salientam estereótipos depreciativos – palavras e atitudes que, veladas ou explícitas, expressam sentimentos de superioridade em relação às religiões de matrizes africanas e afrobrasileiras.

Filizola (2019) ainda afirma que, para se obter êxito, a escola e seus professores não podem improvisar. Acredita que a escola deve se ater em desfazer a mentalidade racista e discriminatória secular, para superar o etnocentrismo europeu, reestruturar relações étnico-raciais e sociais, desalineando processos pedagógicos. Apesar de haver muitas dificuldades, uma vez que os currículos reforçam um modelo eurocêntrico, tomando como base a normativa branca, cristã e ocidental, o autor acredita que trabalhar com a Lei 10.639/03 é uma das formas que contribuem para diminuir o preconceito e a discriminação em relação às religiões afrobrasileiras na escola, ao introduzir nos conteúdos da valorização da história e da cultura africana.

Azevedo (2017), enaltece que a luta contra à intolerância-religiosa precisa ser coletiva, principalmente no que diz respeito à educação, e que nossa tarefa, enquanto educadores críticos, é chamar a atenção para como os alunos pertencentes às religiões de matrizes africanas são tratados em instituições de ensino. Segundo a autora, questões referentes a intolerância religiosa e a negação da cultura afrobrasileira são comprovadas a partir das políticas educacionais que implementadas durante século e ao longo da história do Brasil, fortalecem uma estrutura social classista.

Para Azevedo (2017), só a consciência crítica é capaz de provocar transformações e que esta deve ser feita de maneira social e individual através de práticas em sala de aula, que sejam

diferenciadas. Para que isso ocorra é preciso investir na formação inicial e continuada de professores, para que os mesmos estejam preparados para lidar com a diversidade religiosa e ofereçam uma educação com abordagem multiculturalidade. A autora pontua, ainda, a importância de profissionais da educação se deixarem envolver pelas questões referentes à cultura afro-brasileira e de colocar em prática – não só em sala de aula, mas também em todo o ambiente escolar – a Lei 10.639/03, pois somente por meio dela é possível despertar os alunos, a consciência de que eles não podem aceitar o que vai contra seus interesses enquanto determinado grupo social; grupo esse que deve almejar a transformação e não mais a aceitação.

Na perspectiva de Rodrigues (2017), o caminho para combater a preconceito e a discriminação que estão por trás da intolerância religiosa no espaço escolar é propor práticas que, ao serem implementadas nas escolas, podem minimizar a questão e promover o respeito entre todos. Para exemplificar essas práticas, ela se utiliza das palavras de Candau (2003) – um autor que elenca algumas sugestões – como transcrito literalmente:

Promover a inclusão do tema no currículo das diferentes áreas, através do desenvolvimento de projetos que abordem o assunto, enfocando diferentes ângulos ou buscando diretrizes transversais, atravessando as diferentes áreas curriculares; Incentivar as relações entre diferentes, reforçando a aproximação afetiva entre os/as alunos/as, além de fazer um trabalho de motivação e reforço da autoestima, dos/a próprios/as alunos/as de diferentes etnias; Utilizar recursos didáticos distintos, tais como filmes, músicas, livros, palestras, jogos de palavras etc, além de incentivar a produção dos/as próprios alunos/as; Dar mais ênfase à valorização das diferentes culturas no cotidiano escolar, ajudando a perceber as diferenças e as riquezas de cada uma, não só num dia específico; Realizar pesquisas sobre o tema da discriminação na escola e fazer circular as informações; Incentivar os/as alunos/as a defender e lutar por seus direitos: é o caminho da construção da cidadania; Levar para dentro da escola o debate das políticas de ação afirmativa; Trabalhar o tema na formação em serviço do/a professor/a; Abrir mais espaço dentro do horário escolar a fim de que os/as professores/as discutam sobre essa temática e possam pensar estratégias conjuntas para trabalhá-la dentro da escola (CANDAU, 2003 *apud* RODRIGUES, 2017, p. 49-50).

Castro (2017) constatou através dos depoimentos dos jovens de terreiros que vivenciam situações de enfrentamento à sua condição religiosa nos espaços públicos e no espaço escolar e que ambos são espaços sociais hostilizadores e que servem para manter a manutenção da ordem estabelecida e da posição que desestabiliza as regras do campo. Através desses mesmos relatos dos jovens de terreiro, a autora constatou que, apesar de eles não ocultarem sua religiosidade, preferiam não ficarem falando sobre a mesma, abertamente, optando pelo silenciamento como estratégia no enfrentamento do preconceito quanto à sua crença.

Castro (2017), ainda destacou que, diante da configuração malgrado de intolerâncias

religiosas contra às religiões de matrizes africanas, a participação do Movimento Negro foi fundamental na articulação que findou ações afirmativas em respeito ao desenvolvimento social do povo negro e na conquista da Lei 10.639/03. Como proposta, a autora pontua que a escola deve construir pontes com os saberes observados no terreiro que os jovens praticam nos diversos espaços da organização social da Casa de Santo, e que trazem essa cultura diferenciada da cultura legitimada na sociedade e no âmbito escolar. Para finalizar, afirma que o aprendizado dá-se por meio da literatura oral – ou seja, é na prática interativa, nas vivências que se aprende, e apreende os saberes pertencentes à cosmovisão da ancestralidade.

#### **4.2 Conhecendo os terreiros em Bambuí/MG**

Para obter informações sobre os espaços religiosos existentes na cidade de Bambuí/MG, fui atrás das pessoas que frequentavam tais espaços para ouvi-las e, também, para conhecer tais espaços. Foi dessa forma que descobri que existem quatro terreiros na cidade; porém, me dediquei a visitar apenas dois deles: um dedicado à prática do Umbandomblé e outro à prática da Umbanda.

O primeiro lugar que visitei foi um terreiro de Umbanda que, atualmente, recebe o nome de Associação Umbandista Caboclo Ubirajara e já funciona a cerca de 30 anos na cidade, tendo passado por alguns endereços em vários bairros. Antes de detalhar a visita, é importante salientar algumas informações a respeito da Umbanda.

Conforme o relato do presidente da sessão, responsável pelo terreiro visitado, a Umbanda originada no Brasil, nasceu através dos elementos de outras religiões, como o catolicismo e o espiritismo, juntando ainda elementos da cultura africana e até indígena. Por ter originado da mistura de diversas crenças é considerada entre as religiões de matriz africana, a que mais recebe pessoas vindas de outras religiões, sem discriminá-las por outro credo religioso.

A palavra Umbanda deriva de *u'mbana*, termo que significa curandeiro na língua banta falada na Angola – o quimbundo. No Brasil, os escravos se reuniam nas senzalas e louvavam seus deuses através de danças e cânticos e incorporavam espíritos. O culto umbandista pode ser realizado em templos, terreiros ou centros apropriados para os encontros dos praticantes. Geralmente, é entoado nas sessões, cânticos, juntamente com o batuque de instrumentos como atabaques, mais isso varia em cada centro.

Ainda, conforme relato, quando ela surgiu nas senzalas, não existiam manifestações musicais e não era utilizados instrumentos. O culto é presidido por um chefe masculino ou

feminino, que recebe o nome de presidente de sessão. Durante as sessões são realizadas consultas de apoio e orientação a quem recorre ao terreiro; práticas mediúnicas ocorrem com incorporações de entidades espirituais e outros rituais. O culto é semelhante ao do candomblé; no entanto, são religiões que possuem práticas distintas.

Ao longo do tempo, a umbanda, assim como outras religiões de matriz africana, passaram por várias transformações que geraram algumas ramificações, como: a Umbanda Tradicional – que foi criada pelo jovem Zélio Ferdinando de Moraes, no Rio de Janeiro em 1908; o Umbandomblé ou também chamada de Umbanda Traçada – onde um mesmo sacerdote pode realizar sessões distintas de umbanda ou de candomblé; a Umbanda Branca – que utiliza elementos espíritas kardecistas e seu adeptos usam roupas brancas e; a Umbanda de Caboclo – que surgiu sob a forte influência da cultura indígena brasileira.

A ritualística da Umbanda é vasta e vem sendo passada de pai para filho dentro da religião, sendo moldada por mentores espirituais, e tem como objetivo principal a caridade através do atendimento realizado por mentores.

O presidente da sessão também relatou que a Umbanda visa o crescimento espiritual do médium, de várias maneiras. Caboclos (índios desencarnados), boiadeiros (cangaceiros desencarnados), pretos velhos (escravos desencarnados), beijada (crianças), baianos, ciganas e malandros, estão entre os guias que se manifestam nessa crença.

O terreiro Umbandista que visitei desenvolve os ritos da Umbanda Branca. O presidente da sessão – ou seja, aquele que comanda as sessões no espaço – é aquele que, em determinado momento, incorporou a entidade do preto velho, herdou o dom e o comando do lugar, de seus antepassados (pai e avô).

A sessão foi embalada por cânticos entoados pelos médiuns presentes e não houve o toque de atabaques. Assim que cheguei, fui muito bem recebida por todos, também vi muitos estudantes da escola onde trabalho, que aguardavam atendimento. Fui orientada a ficar descalço durante todo o tempo em que estive no espaço. Tive uma rápida conversa com o responsável do terreiro – antes do mesmo incorporar o preto velho. Me sentei e aguardei o atendimento – sim, eu recebi uma orientação do guia do preto velho nesse dia. Me senti muito confortável nesse espaço, tranquila e em paz; mas confesso, que fiquei um pouco receosa antes de me dirigir ao centro e ser atendida. Contudo, acredito que isso tenha ocorrido pelo meu total desconhecimento a respeito dos rituais e significados dessa crença, antes da visita.

O segundo lugar visitado foi um terreiro de Umbandomblé. Antes dessa pesquisa iniciar, eu desconhecia a existência dessa religião de matriz africana; mas, o termo surgiu da união das religiões do Candomblé e Umbanda. O relato dos iniciados dessa religião, confirmam algo que

já foi descrito nesta dissertação, sobre as transformações pelas quais as religiões africanas passaram, e que originaram novas ramificações.

O espaço onde são realizados os rituais do Umbandomblé é chamado de terreiro e o responsável por ordenar os rituais é chamado de pai de santo. O terreiro que visitei presta atendimento à comunidade, todas às quartas-feiras, a partir das dezenove horas. O pai de santo responsável por direcionar as giras – nome que recebe a sessão em si, ou o culto ritualístico ou também a roda feita pelos participantes no centro do terreiro –, chegou sob o som do toque de atabaques, como se fosse uma grande festa animada regada a perfumes, charutos, cigarros, bebidas; enfim, regada a tudo o que agrada aquela entidade ali incorporada.

São várias as entidades existentes dentro do Umbandomblé; porém, no dia da minha visita, estavam presentes na gira: o preto velho, a preta velha e um erê (como são chamados os espíritos de criança). O último (o erê) foi recebido na gira com muitas balas, doces e refrigerante. Interessante observar que todas as entidades ali presentes estavam sendo bastante paparicadas – não sei se esse seria o termo correto a usar, mas acredito que, os mimos estavam sendo feitos como uma forma de demonstrar a todos ali presentes a alegria que os encarnados sentiam pela presença dessas entidades.

Nessa visita, fiquei bastante preocupada, tensa e com medo de não estar realizando, de forma correta, algum ritual dentro do terreiro e das minhas atitudes serem interpretadas de alguma forma, como desrespeitosa. Fiquei muito atenta a tudo o que me era passado e prestando atenção em tudo o que as outras pessoas faziam. Sobre os rituais, tiveram alguns que me chamaram a atenção e que fui orientada a fazer durante o tempo em que estive presente no terreiro.

Todo o episódio pode ser descrito da seguinte forma: todos devem estar descalço dentro do terreiro. Ao entrar e sentar no espaço destinado à comunidade que vai ao terreiro em busca de atendimento/orientação espiritual, todos devem fazer o sinal da cruz e inclinar-se como se estivesse fazendo uma reverência. Ao indagar o porquê, me explicaram que os pés descalços é para não trazer, pra dentro do terreiro, os maus espíritos e a reverência é feita para demonstrar o respeito às entidades que estão presentes na gira. Ao sentar-me, fui orientada a não cruzar as pernas; essas deviam estar juntas, uma ao lado da outra. A cada saída e entrada daqueles que desenvolviam algum papel dentro da gira, percebi que o mesmo virava de costas – mas não cheguei a perguntar o significado desse rito. Outro ritual que me chamou a atenção foi a preparação que o terreiro recebe antes da gira iniciar.

Sob o toque forte dos atabaques – esses estavam sendo tocados por dois estudantes da escola onde trabalho –, senhoras e moças vestidas de roupas brancas parecidas com a das

baianas da Bahia dançavam, enquanto um ritual chamado fumacê ocorria – que consiste em esfumaçar todo o ambiente e os convidados que aguardavam o atendimento. Nesse momento, todas as pessoas ficaram de pé, com as pernas e braços abertos, enquanto um dos filhos – que mais tarde iria incorporar o preto velho –, passava o turíbulo (objeto onde fica o incenso que produz a fumaça) por entre o nosso corpo. Esse rito tem como objetivo a purificação do espaço e dos corpos das pessoas que estão no ali. Percebi nesse momento, uma semelhança desse rito com outro similar realizado na missa das Igrejas Católicas e que também tem como objetivo, purificar o altar, no qual, no momento da eucaristia, o corpo e o sangue de Jesus Cristo é sacramentado.

### **4.3 Possibilidades de práticas de combate ao racismo religioso no espaço escolar**

Vivemos em uma sociedade estruturada pelo racismo. Podemos encontrá-lo desde a formação da política educacional brasileira até na forma como a escola lida com os conhecimentos afrodescendentes – o que é algo paradoxal, uma vez que essa mesma sociedade, que não o reconhece, também sabe que ele existe.

Ao estudar a história das ideias pedagógicas no Brasil, percebe-se que as primeiras formas de organização do país sempre estiveram ligadas à religião cristã. Saviani (2013), ao explicar essa ideia, informa que os primeiros jesuítas que chegaram no país na missão conferida pelo Rei Dom João III, objetivavam a doutrinação dos ditos gentis, cujo os ensinamentos se baseavam na ideia da santa fé da igreja católica.

Na visão de Araújo (2017, p. 51), “na gênese da educação formal no Brasil – gênese que se confunde com o processo de catequização-cristianização – tanto Jurupari quanto Exu foram da mesma forma estigmatizados como demônio a serem evitados por aquelas populações”. Sendo assim, a escravização foi um processo desumano que, a partir do século XV, se estende em direção ao continente africano.

De acordo com Nogueira (2020), da mesma forma que a escravidão tornou a criança escravizada, hoje, temos uma escravidão que torna o aluno de terreiro escravizado também, quando não pode expressar livremente sua orientação religiosa no espaço escolar, sofrendo com isso racismo religioso.

A escola é um espaço que necessitar ter atitudes interdisciplinares, não negando a presença da diversidade cultural no ambiente escolar. Para isso, é necessário que os/as docentes e os gestores e gestoras procurem fazer um trabalho que dialogue com a diversidade existente nesse espaço. A voz desse diálogo deve ser o trabalho interdisciplinar, abrindo assim no espaço

escolar, possibilidades para todas as culturas, indicando-se que nenhuma cultura se constitui num espaço privilegiado a partir da qual se pode julgar as outras culturas. Cada cultura é apresentada uma pontencialidadedo ser humano, em um lugar específico da história. Para Fazenda (2008, p. 8) “ [...] o processo interdisciplinar desempenha um papel decisivo no sentido de dar corpo ao sonho de fundar uma obra de educação à luz da sabedoria, da coragem e da humanidade”.

[...] o primeiro passo para a aquisição conceitual interdisciplinar seria o abandono das posições acadêmicas prepotentes, unidirecionais e não rigorosas que fatalmente são restritivas, primitivas e “tacanhas”, impeditivas de aberturas novas, camisas-de-força que acabam por restringir alguns olhares, tachando-os de menores. Necessitamos, para isso, exercitar nossa vontade para um olhar mais comprometido e atento às práticas pedagógicas rotineiras menos pretensiosas e arrogantes em que a educação se exerce com competência (FAZENDA, 2018, p.13).

Assim, como resultado de um trabalho conjunto, o exercício pedagógico da interdisciplinaridade pode trazer grandes resultado. Voltando à questão central desse tópico, que é o de trazer possibilidades de práticas que possam ajudar no combate ao racismo religioso nas escolas, é importante ressaltar que vários autores já participam e colaboram com suas obras e pesquisas para o fortalecimento desse movimento. Dentre os autores, citam-se alguns, na sequência.

Felino (2012) – na obra *Culturas Africanas e afro-brasileiras em sala de aula: saberes para os professores, fazeres para os alunos* – além de trazer vários artigos que tratam a teoria, também trouxe propostas metodológicas para a sala de aula que ajudam a romper com o discurso hegemônico de poder, superar as diversas formas de desigualdade e desconstruir o racismo religioso.

Rocha (2007) – na obra *Educação das relações étnico raciais: pensando referenciais para a organização da prática pedagógica* – é outra autora que também fortalece o movimento no combate ao racismo religioso. Na segunda parte do seu livro, ela traz tópicos para serem trabalhados de forma interdisciplinar através das disciplinas de: Artes, História, Geografia, Português, Matemática, Ciências, Educação Física e Língua Inglesa.

Silva (2005) – na obra *Educação anti-racista: caminhos abertos pela Lei federal 10.639/03* – em parceria om a Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão (SECADI), vinculada ao MEC, tem um artigo publicado – intitulado *Africanidade e religiosidade: uma possibilidade de abordagem sobre as sagradas matrizes africanas na escola* –, trazendo uma reflexão sobre o porquê de se trabalhar a temática das religiões de matriz

africana na escola, assim como a importância de se trazer concepções não eurocêntricas para a escola. O autor também discute sobre o ensino religioso no ambiente escolar, entre outros assuntos.

Na atualidade, faz-se necessária uma agenda política que denuncie os vínculos e impactos da colonialidade na educação e que proponha forma de transgressão desse modelo. Na perspectiva é importante ressaltar três pontos: o primeiro, é a defesa de que a problemática da política do conhecimento é também étnico-racial; o segundo, é o fortalecimento de um modo de educação intercultural e; o terceiro, são as elaborações de pedagogias decoloniais.

A partir dos pontos destacados e da pesquisa feita com autores e trabalhos que estivessem alinhados com a temática deste estudo, me identifiquei com a proposta pedagógica de Rufino (2019), na obra *Pedagogia das Encruzilhadas*. A justificativa é que, esta foi a única obra que conseguiu atar os três pontos citados anteriormente. A Pedagogia contida na obra, busca pluriversalizar a educação no contexto da colonialidade, desde a formação de profissionais, até a produção de questionamentos sobre as práticas pedagógicas exercidas na escola. Além disso, a obra traz como projeto político/poético/ético, Exu como o fundamento teórico/metodológico; compreende uma série de conceitos comprometidos como ações político/epistemológicas/antirracistas/decoloniais e; amplia a noção de terreiro para pensarmos o mundo.

Carvalho (2019) informa que a visão do mundo Iorubá é uma fonte inesgotável de saber. O fluxo do tráfico transatlântico trouxe pessoas da África Ocidental, sobretudo da Nigéria, Togo e Daomé para o Brasil no último período de tráfico de negros escravizados – prática essa, que era criminosa. Por sua chegada ter sido mais recente se comparado a outras etnias africanas, os traços culturais iorubanos permanecem bastante latentes no que hoje conhecemos por cultura brasileira.

A maior concentração de nagôs – nomenclatura aos iorubás aqui no Brasil – se deu nas áreas urbanas do Nordeste, sobretudo, Bahia e Pernambuco. O constante contato entre a Bahia e a costa da África permitiu que os iorubás mantivessem contato com sua terra de origem, o que colaborou para que conseguissem se organizar em espaços que pudessem reproduzir parte de suas tradições, valores, hábitos e costumes. Um exemplo desses espaços são as casas de Candomblé, que em sua maioria, mantêm vivas práticas de tradição Iorubá em todo o território nacional (CAPUTO 2012, p. 41).

Dentre os mais diversos valores e princípios iorubanos, os ensinamentos de Exu – o Orixá da comunicação, dos caminhos, da vida, o dono das encruzilhadas –, exerce uma enorme contribuição para a prática pedagógica anti-racista, pois ele é a força dinâmica que possibilita

a ação. Partindo da compreensão de que uma educação decolonial só se faz a partir da movimentação, da ação, do questionamento e da estratégia, Exu se apresenta como princípio motriz do novo (RUFINO, 2019).

Exu é o orixá da comunicação, mensageiro entre o Ayé (mundo material) e o Orum (mundo espiritual), era o protetor das aldeias, casas, caminhos e encruzilhadas. Em países do Continente Africano e em Cuba é conhecido como Legbá ou Elegbará. Foi erroneamente, identificado pelos colonizadores com a figura do diabo da doutrina cristã (RUFINO, 2019).

De acordo com o historiador e antropólogo Cascudo (2001), que dedicou sua vida ao estudo da cultura brasileira, era preciso uma justificativa moral para o tráfico de negros e negras. Desta forma,

[...] só podiam existir duas fórmulas salvadoras. Trazer o condenado negro para escravo na América ou mandar o europeu ‘civilizar’ a África, dominando-a. [...] não há Demônio preto senão como presença católica do Branco. Não há mesmo um vocábulo próprio para designá-lo a não ser personalizando uma de suas atribuições. Psicologicamente, uma projeção cristã de Satanás (CASCUDO, 2001, p.107).

Foram os europeus católicos que trouxeram para o Brasil os vocábulos demônio e diabo para um sistema religioso dos africanos/africanas que não estava baseado na dicotomia do bem e do mal. Segundo Silva (2015), relacionar Exu ao bem ou ao mal não tem sentido, pois esse orixá não é classificado por esses critérios, dentro daquele sistema religioso.

Entre as divindades cultuadas pelas religiões afro-brasileiras, nenhuma tem provocado tanta polêmica quanto Exu. Por se tratar de uma entidade associada à sexualidade e à fertilidade, seu culto de origem africana, quando descoberto pelos europeus séculos atrás, foi alvo de preconceitos e mal-entendidos. Sua demonização foi inevitável, tanto na África quanto nas Américas, para onde seu culto foi trazido, preservado e transformado pelas comunidades africanas e seus descendentes, num diálogo intenso com a colonização católica de moral maniqueísta e as práticas indígenas locais (SILVA, 2015, p. 17-18).

Além disso, Silva (2015) ainda esclarece sobre a associação de Exu ao demônio/diabo dos católicos. Em citação literal, tem-se que:

Quando o seu culto foi ‘descoberto’ pelos europeus, iniciou-se um processo no qual a divindade foi associada ao imaginário do mal, da desordem e da repressão sexual no período medieval (ao demônio cristão e mulçumano) e, posteriormente ao mundo pré-moderno (primitivo), ao imaginário das forças antagônicas da modernidade, entre as quais estava, sobretudo, o pensamento mágico presente nas religiões que não passaram pelo processo da secularização ou burocratização (SILVA, 2015, p. 24).

Ainda, segundo Silva (2015), no Brasil, a referência a Exu aparece em documentos datados do século XVIII, identificando-o como o demônio – como já visto anteriormente, e na metade do século XIX, já na imprensa escrita, em alguns noticiários de perseguição, feitas pela polícia aos frequentadores dos templos religiosos afro-brasileiros. Em periódicos dos anos de 1930, os frequentadores dos cultos afro-brasileiros eram chamados de forma pejorativa de fiéis de Exu

No governo do então presidente Getúlio Vargas, haviam muitas perseguições policiais aos terreiros de candomblé, e isso ocorria por causa da visão colonizada de Exu como diabo ou demônio, transferindo para esse orixá atributos construídos pela visão cristã. Muitos dos adeptos eram chamados de adoradores do diabo e, hoje, nas escolas, os alunos do candomblé e da umbanda são chamados de catimbozeiros, adoradores do demônio. De acordo com Silva (2015), não é a toa que Exu é considerado o orixá mais injustiçado entre todos os outros. Já em relação às características desse orixá, tem-se que:

Exu, Legba ou Elegbará são os nomes pelos quais é conhecido entre os atuais povos iorubás e fon-ewe, ambos da África Ocidental, ele é a divindade mensageira, dinâmica, temida e respeitada, que deve ser saudada sempre em primeiro lugar para não atrair confusão ou vingança (SILVA, 2015, p.23).

Assim, dentro do candomblé, Exu representa a vontade o desejo, a sexualidade, a dúvida, é visto como trapaceiro, brincalhão, esperto ou malandro; versa sobre os princípios da mobilidade, da transformação, das imprevisibilidades, linguagens, comunicação e; como orixá de toda a forma de criação, é o senhor da fertilidade e é cultuado – geralmente, sob a forma de um falo ereto, nas entradas dos terreiros. Nessa concepção religiosa, não se enquadram as ideias de inferno, nem de diabo e de pecado original trazidas pelas religiões cristãs. Exu está longe de parecer com o demônio dos católicos e evangélicos. Santos (2008, p.130), em seu trabalho sobre Exu, pontua: “não só está relacionado com os ancestrais femininos e masculinos e com suas representações coletivas, mas ele também é um elemento constitutivo, na realidade o elemento dinâmico, não só de todos os seres sobrenaturais, como também de tudo o que existe”.

Para Rufino (2015), Exu é o princípio explicativo de mundo iorubano, trazido e ressignificado pelo movimento contínuo diaspórico africano. Ele é um signo pós colonial e em seus domínios e potências representa as bases de um projeto político/epistemológico/educativo antirracista/decolonial, que ele chama de Pedagogia das Encruzilhadas”. E, por meio dela, é possível desatar nós para se alcançar novas amarrações. Na compreensão do autor, o investimento feito pelas religiões cristãs, como parte do projeto de dominação colonial, foi

crucial para a construção de demônios e diabos que até hoje insiste em nos assombrar.

O fato é que a figura de Exu incomodou e ainda incomoda muita gente. Sobre o racismo religioso manifestado à cultura afro-brasileira, “é a força de Exu – o movimento como um todo – que nos dará força para reiventarmos, os mundos, praticando caminhos por encruzilhadas” (RUFINO, 2015, p. 92).

Para Rufino (2015; 2019), a educação é axé que opera na vitalização dos seres; contudo, assim como fundamento do axé, necessita das proezas de Exu, movimentos e cruzos. Mas, o autor ressalta que a educação como axé a que ele reivindica não é necessariamente um modelo de experiências/aprendizagens codificadas em contextos de práticas culturais afro-religiosas. O que é comumente chamado pelas comunidades de terreiro como educação de axé, compreende-se como os processos educativos vividos nos cotidianos dessas populações – uma espécie de habitus experienciado no tempo/espaço dos contextos afro-religiosos. Essas formas de educação praticadas nesses contextos educativos redimensionam a problemática educativa em relação à diversidade, revelando modos de educação como cultura.

#### **4.4 Exu x Educação – uma proposta pedagógica: a Pedagogia das Encruzilhadas**

Quando falamos sobre educação, uma coisa é fato, ela é um fenômeno plural, inacabado e dialógico. Sendo assim, também é correto afirmar que os processos educativos são vividos das mais diferentes maneiras, nos quais se revelam inúmeras presenças, conhecimentos, gramáticas e contextos possíveis. A educação se fundamenta na condição do ser e no exercício de sua existência.

Reconhecer a pluralidade de formas de se praticar a vida nos faz lembrar que a educação é um ato de responsabilidade. Por consequência desse ato, somos convocados a dar respostas ao outro, que mesmo diferente, habita em mim e dá o acabamento no ser que eu sou e a na história que eu carrego.

Sendo assim, proponho uma reflexão: se a educação é uma questão pertinente à vida, à arte e ao conhecimento, por que a maior parte da população, ao ser questionada sobre a educação, principalmente a educação formal oferecida nas escolas, tendem em utilizar argumentos conservadores que credibilizam ações pedagógicas que operam em prol da redução das experiências sociais?

Acredita-se que a educação que, a princípio está radicalizada na diversidade do ser, acaba por se inscrever como política de produção de um modo dominante. É essa lógica, mantida ao longo dos séculos, que tem pautado a educação, não como uma prática

emancipatória, mas como uma forma de regulação. Essa lógica se revela como mais uma face das ações no empreendimento colonial, que tem na raça, no racismo, no gênero, no heteropatriarcado e no capitalismo os seus fundamentos.

Desta forma, ao invés de falarmos em educação, como se ela fosse única, seria mais viável falarmos sobre educações, pois a palavra pode agrupar sentidos opostos.

Considerando a educação como um ato de responsabilidade e o projeto colonial como um espectro de mentira e violência, ela vêm ao longo dos séculos praticando atos irresponsáveis. Então, podemos considerar que o colonialismo empregou, ao longo do tempo, investimentos na formação dos seres, e esse padrão de educação a serviço da dominação forjou imaginários, repertórios, subjetividades e manteve o ser/saber sobre o regime discursivo da política colonial.

O padrão formativo contrário à diversidade é também contrário à vida e, por isso reproduz injustiças cognitivas/sociais. Neste sentido então é necessário o combate e a transgressão a tudo que remete aos efeitos do colonialismo/colonialidade – essas são demandas de caráter educativo enquanto prática de liberdade, como Freire (1996) afirmava, pois, têm como emergência o reposicionamento dos seres diante a tragédia colonial.

Neste cenário, no qual se encontra a educação, se faz necessário uma agenda política que denuncie os vínculos e impactos da colonialidade na educação e que proponha formas de transgressão a esse modelo.

Na busca de lançar uma proposta educativa que transgrida esse modelo de educação, a Pedagogia das Encruzilhadas (RUFINO, 2015; 2019), se apresenta como uma possibilidade assertiva em prol de uma educação antirracista e na luta contra o racismo religioso no espaço escolar. A principal força desse projeto é trazer Exu como disponibilidade motriz política, epistemológica, teórica e metodológica, já que o mesmo, foi ao longo do tempo invisibilizado/descredibilizado por parte da colonialidade/modernidade-ocidental, por apresentar princípios que confrontam sua lógica de dominação e violência.

Rufino (2015; 2019) nos informa, que Exu, sendo o princípio, domínio e potência referente a linguagem como um todo, não restrita às formas discursivas, mas como a própria existência em sua diversidade. Sendo ele o dono do corpo, suporte físico em que é montado as experiências, cognições e memórias e sendo ele o princípio da imprevisibilidade e do inacabamento do mundo, se apresenta então como a força motriz que concebe a educação e as práticas pedagógicas. Apresentando-se como forma de educação, questionará sobre como responderemos aos outros nesse labor que deve primar pela ética e coletividade.

Exu é aquele que destrona a arrogância dos sábios fiscaliza os atos e compromissos firmados com a comunidade proporcionando alegria aos justos. Uma educação, pedagogia, escola ou currículo que busque firmar compromisso com a diversidade e combater as injustiças cognitivas/sociais, deve abrir caminhos para Exu passar (RUFINO, 2019, p. 4).

Mas, para que e para quem se dá o projeto da Pedagogia encarnada por Exu? Rufino (2015; 2019), nos informa que a mesma é invocada e encarnada como operação e transgressão dos parâmetros da colonialidade, essa – denominada pelo autor de marafunda colonial, atravessa os tempos, as existências e suas respectivas formas de interação. O autor ainda denomina de marafunda colonial, os efeitos do colonialismo a qual ele se refere como um trauma mal tratado.

Ainda segundo o Rufino (2015; 2019), o projeto da pedagogia encarnada por Exu é uma ação de encantamento e responsabilidade com a vida frente às violências operadas pelo regime do racismo/colonialismo, assim, o fenômeno educativo emerge para além daquilo que se apresenta como único caminho, investido e alçado pela lógica dominante. Pedagogias antirracistas e decoloniais estão a ser inventadas/inventariadas nas experiências de luta das populações subalternizadas pelo colonialismo.

A partir da perspectiva das encruzilhadas, a transgressão daquilo que Fanon (2008) chamou de colonialismo epistêmico emerge como um ato emancipatório, que produz o arrebatamento tanto dos marcados pela subalternidade (colono), quanto dos montados pela condição de exploradores (colonizadores). Assim, eticamente irá responder a todos os envolvidos nessa trama, afim de os envolver, de os imacubar (encantar), de os cruzar os lançando a outros caminhos enquanto possibilidades para o tratamento do trauma chamado colonialismo.

Segundo Rufino (2019), a problemática que encruza educação e colonialismo está para além daquilo que conhecemos enquanto escola, ela está centrada no ser, a escola é somente uma marca produtiva da agenda curricular desse empreendimento maior. O autor ainda explica que, “é nas infinitas facetas de Exu que me apoio, e é através da sua capacidade mobilizadora e inventiva que nos é permitido trazê-lo para as questões educativas, partindo do pressuposto de que Exu é o que antecede e gera toda e qualquer possibilidade de linguagem e comunicação” (p.9).

A educação, talvez seja um dos principais efeitos responsáveis pela formação das pessoas, considerando que Exu emerge como disponibilidade filosófica/conceitual/pedagógica para a educação. Assim, por que não praticarmos ações orientadas por essa esfera de saber e focadas no combate ao racismo religioso?

A Pedagogia das encruzilhadas propõe, a partir deste contexto, o encruzar de múltiplas perspectivas; a coexistência e a integibilidade mútua reivindicando outras presenças e gramáticas. Tal Pedagogia retoma a ideia de educação como axé, prática implicada com a vida em toda sua diversidade e imanência. Desta forma, educação se torna uma política de potencialização dos seres, fortalecimento comunitário, liberdade e autonomia. Neste sentido, devemos nos ater a proposta de Exu não como mero fetichismo conceitual; mas, como saber praticado, ação pedagógica comprometida com uma ética antirracista/decolonial.

## 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Compreendemos que tanto negar quanto afirmar a existência do racismo religioso nas escolas são formas que contribuem para a existência da mesma e para a desumanização dos alunos de terreiro. Sendo assim, propusemos esta temática de trabalho para provocar a reflexão – mesmo que, durante o processo, isto nos tenha causado frustração, acreditando transitar pela contramão.

A presente pesquisa foi fruto de reflexões que se iniciaram a partir de um episódio ocorrido em 2018, durante as vivências pedagógicas do meu fazer docente, em uma escola estadual no município mineiro de Bambuí – cidade onde resido e atuo como professora de História na educação básica.

O episódio em questão ocorreu em uma das aulas que ministrava na turma do 7º ano do Ensino Fundamental II. Nesse dia, estudávamos o capítulo do livro didático referente à História da África; no mesmo, existiam alguns textos complementares e um deles falava sobre a cultura iorubá e como teria ocorrido o seu surgimento do mundo.

Para os iorubás, o mundo e tudo que existe nele, passou a existir a partir do ciscar de uma galinha preta. A partir daí, o texto explicitava a importância sagrada desse animal para a cultura iorubá. Após a leitura, vieram falas dos alunos de teor racista, que associavam a galinha preta às macumbas.

A aula acontecia no 3º horário e, ao bater o sinal, todos os alunos se dirigiram para o recreio; porém, um aluno ficou por último e, vindo até a minha mesa, mostrou-me sua guia trazida por dentro da camiseta de uniforme da escola. O aluno me falou sobre o seu significado e o porquê ele a trazia sempre no pescoço. E, quando o indaguei sobre o motivo da guia estar escondida por dentro da camiseta do uniforme, ele respondeu alegando que não queria que os demais colegas a vissem, pois não queria ser chamado de macumbeiro na escola.

O episódio despertou-me para um olhar mais crítico sobre como o espaço escolar invisibiliza os alunos de terreiro e, ainda, como o racismo religioso está fortemente presente neste espaço.

Sabendo-se que nas Ciências Sociais, a metodologia de pesquisa pode ser de natureza qualitativa e/ou quantitativa, dependendo do objetivo pretendido pelo pesquisador, para o presente estudo a escolhida foi a qualitativa, cumprida por meio de pesquisa bibliográfica (subsidiada por uma revisão da literatura eletrônica contemporânea e pesquisa documental), pois ocupou-se de investigar a relação do homem e sua interação social.

Desta forma, procedeu-se com a coleta dos dados – sendo esta considerada a primeira etapa do trabalho –, a partir de consultas no banco de teses e dissertações da CAPES, a partir dos descritores intolerância religiosa e escola. Mediante a consulta, observou-se um número vasto de trabalhos que abordam sobre o tema da intolerância religiosa. Contudo os critérios inclusivos adotados foram a intolerância ocorrida no âmbito escolar e a publicação na linearidade de 2015 a 2019. Dos achados, foram selecionados cinco trabalhos, sendo eles: uma tese de doutorado e quatro dissertações de mestrado.

A segunda etapa ocupou-se da análise e da interpretação do material coletado.

A terceira e última etapa, ocupou-se em identificar e conhecer sobre os espaços onde ocorrem os rituais das religiões de matriz africana – os terreiros, da cidade de Bambuí/MG. A proposta foi importante dentro da pesquisa, pois o terreiro era um lugar desconhecido até aquele momento, uma vez que não se constitui na crença que professo.

Ao iniciar a pesquisa sobre a temática, pude constatar que quando tratamos do assunto intolerância religiosa, a problemática está centrada no social; ou seja, na relação à questão étnica e religiosa, estas caminham juntas, pois a religião mais perseguida é a de cultura negra, constituindo-se uma expressão do racismo.

Desta forma e a partir de então, logo no primeiro capítulo (o de introdução), realizamos uma breve reflexão sobre o espaço escolar, na intenção de compreender como o mesmo deveria se apresentar como um lugar resistente às determinadas reflexões, considerando os direitos dos alunos em professar livremente sua fé.

Logo, no segundo capítulo trouxemos os conceitos de raça, racismo, racismo estrutural e racismo religioso, uma vez que, os mesmos são importantes pra entendermos como a intolerância religiosa é uma expressão que não dá conta de todo o processo de perseguição e violência sofrido pelas pessoas pertencentes às religiões de matriz africana e, ainda, como esse fenômeno se apresenta como uma das formas de racismo.

Entendendo que a intolerância religiosa contra as religiões de matriz africana se configura como mais uma das formas de racismo, trouxemos no terceiro capítulo o conceito de intolerância religiosa e um breve apanhado de como ela está presente no Brasil, desde o início de nossa história.

No quarto capítulo nos propomos a mostrar o levantamento de dados realizado no banco de teses e dissertações da CAPES, e as visitas realizadas pela discente (e, então, autora deste estudo) nos terreiros da cidade mineira de Bambuí. Ao final do capítulo, elegemos a Pedagogia da Encruzilhada como proposta pedagógica eficaz no combate ao racismo religioso no espaço escolar.

Ao problematizar o tema pesquisado a partir dos resultados encontrados nas pesquisas realizadas na etapa do levantamento de dados, concluímos que o racismo é o principal elemento contribuinte para a exclusão de religiões de matriz africana e, ainda, que seus adeptos na escola e alguns outros fatores corroboram para que o processo do racismo religioso ocorra dentro no ambiente escolar, tais como: os ideais eurocêntricos-cristãos que ainda são muito fortes dentro desses espaços; a falta de conhecimento sobre as religiões de matriz africana por parte da comunidade escolar; a colonização do saber; a formação do profissional da educação nas universidades; a falta de formação continuada voltada pra essa temática e que deveria ser ofertada aos professores da educação básica e; a dificuldade da aplicabilidade da Lei 10.639/03 nas escolas.

Na busca de lançar uma proposta educativa que transgrida esse modelo de educação que ainda é permeado por uma lógica cristã, nos ancoramos na Pedagogia das Encruzilhadas como uma possibilidade assertiva em prol da luta contra o racismo religioso no espaço escolar. A principal força desta pedagogia é trazer Exu como disponibilidade matriz política, epistemológica, teórica e metodológica que concebe a educação e as práticas pedagógicas.

A partir daí, compreendemos que a questão da identidade religiosa dos alunos de axé configura-se em um problema de extrema necessidade, sendo um tema indispensável para pensar como eles têm vivido sua identidade religiosa dentro do contexto escolar. Observamos que o racismo religioso e suas consequências para os alunos de terreiro é um fenômeno que precisa ser analisado na perspectiva da interseccionalidade, pois percebemos a multiplicidade dos fatores que agravam essa problemática – não só no que diz respeito à identidade religiosa; mas, também aos aspectos classe, raça, nível socioeconômico, etc.

Não havendo a pretensão do esgotamento do tema em pesquisa, mas estabelecendo considerações finais (no quinto capítulo) acerca do abordado, pode-se concluir que pretendemos com esta pesquisa, contribuir para que ações como a da proposta didática da Pedagogia das Encruzilhadas possam fortalecer a luta já iniciada contra o racismo religioso, objetivando o respeito pela diversidade. E que interessou-nos, também, demonstrar o desejo de findar as desigualdades existentes em alguns estabelecimentos de ensino.

## REFERÊNCIAS

- ADRAGÃO, P. P. **A liberdade religiosa e o Estado**. Coimbra: Almedina, 2002.
- ALMEIDA, S. L. **Racismo estrutural**. São Paulo: Pólen, 2018.
- ARAÚJO, P. C. **Entre o terreiro e a escola – Lei 10.639 /2003 e intolerância religiosa sob o olhar antropológico**. 2015. 242 f. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2015.
- ARAÚJO, P. C. **Entre Ataques e Atabaques: intolerância religiosa e racismo nas escolas**. São Paulo: Arché, 2017.
- ARANHA, M. L. A. **Filosofia da educação**. 3.ed. São Paulo: Moderna, 2006.
- AZEVEDO, M. D. A. **Intolerância religiosa no cotidiano escolar: análises de registros midiáticos**. 2017. 113f. Dissertação (Mestrado em Humanidades, Culturas e Artes) – Universidade do Grande Rio, Duque de Caxias, 2017.
- BANTON, M. **A ideia de raça**. Lisboa: Edições 70, 1977.
- BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. São Paulo: Edições 70, 2011.
- BASTIDE, R. **As religiões africanas no Brasil: contribuição a uma sociologia das interpenetrações de civilizações**. 3. ed. São Paulo: Pioneira, 1989.
- BERMÚDEZ, A. Morte de George Floyd: 4 fatores que explicam por que caso gerou onda tão grande de protestos nos EUA. **BBC News Mundo**, 2 jun. 2020. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/internacional-52893434>. Acesso em: 10 out. 2020.
- BRASIL. Câmara dos Deputados. Comissão dos Direitos Humanos e Minoria. **Ofício n. 386/2020-P**, de 31 de julho de 2020. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/comissoes/comissoes-permanentes/cdhm/noticias/onu-matriz-africana>. Acesso em: 20 out. 2020.
- BRASIL. Casa Civil. **Constituição de República Federativa do Brasil de 1988**. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicao.htm.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm.htm). Acesso em: 10 out. 2020.
- BRASIL. Casa Civil. **Lei n. 10.639**, de 9 de janeiro de 2003. Altera a Lei n. 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática História e Cultura Afro-Brasileira, e dá outras providências. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/2003/110.639.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/110.639.htm). Acesso em: 10 out. 2020.
- BRASIL. Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos. **O que você procura?** 2021. Disponível em: <https://www.gov.br/mdh/pt-br>. Acesso em: 10 set. 2021.

BRASIL DE FATO. **Terreiro de Umbanda é incendiado na região metropolitana do Rio de Janeiro**. 2020. Disponível: <https://www.brasildefato.com.br/2020/09/09/terreiro-de-umbanda-e-incendiado-na-regiao-metropolitana-do-rio-de-janeiro>. Acesso em: 20 out. 2020.

BRASIL ESCOLA. **Minorias sociais**. 2020. Disponível em: <https://brasilecola.uol.com.br/sociologia/minorias-sociais.htm>. Acesso em: 20 out. 2020.

BARBOSA, A. E. N. G. **Aspectos do neopentecostalismo na Igreja Mundial do Poder de Deus**. 2010. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Ciências Sociais) – Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora, 2010.

BETHENCOURT, F. **Racismos: das Cruzadas ao século XX**. São Paulo: Companhia das Letras, 2017.

BITTENCOURT FILHO, J. **Matriz religiosa brasileira: religiosidade e mudança social**. Petrópolis/RJ: Vozes: 2003.

CAPUTO, S. G. **Educação nos terreiros: e como a escola se relaciona com crianças de Candomblé**. Rio de Janeiro: Pallas, 2012.

CARVALHO, P. R. N. **Na aula de hoje Veremos Exu – A boca do mundo como oportunidade pedagógica decolonial**. 2019. Disponível em: <https://www.cp2.g12.br>. Acesso em: set. 2020.

CASCUDO, L. C. **Made in Africa**. São Paulo: Global, 2001.

CASTRO, C. M. J. **Jovens e tambores: preconceitos da religião afrobrasileira no contexto escolar**. 2017. 104 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Pontifícia Universidade Católica de Goiás, Goiânia, 2017.

CAVALCANTE, R. **Política e cristianismo**. São Paulo: Vida, 1988.

DEMO, P. **Metodologia do Conhecimento Científico**. São Paulo: Atlas, 2000.

DICIONÁRIO BRASILEIRO DA LÍNGUA PORTUGUÊSA. **Raça**. 2021. Disponível em: <https://michaelis.uol.com.br/busca?r=0&f=0&t=0&palavra=ra%C3%A7a>. Acesso em 20 set. 2021.

DIEGUES JÚNIOR, M. **Etnias e culturas no Brasil**. 2. ed. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1980.

FANON, F. **Em defesa da revolução africana**. Lisboa: Livraria Sá da Costa, 1980.

FANON, F. **Pele negra, máscaras brancas**. Salvador: EDUFBA, 2008.

FAZENDA, I.; ARANTES, C. (Orgs.). **Didática e Interdisciplinaridade**. 13. ed. Campinas: Papyrus, 2008.

FELINO, R. **Culturas Africanas e afro-brasileiras em sala de aula: saberes para os professores, fazeres para os alunos**. São Paulo: Fino Traço, 2012.

- FILIZOLA, G. J. **As crianças de candomblé e a escola: pensando sobre o racismo religioso**. 2019. 213 f. Dissertação (Programa de Pós-Graduação Associado em Educação, Culturas e Identidades) – Universidade Federal Rural de Pernambuco, Recife, 2019.
- FREIRE, P. **Pedagogia do Oprimido**. São Paulo: Paz e Terra, 1996.
- FREITAS, M. T. A. A abordagem sócio-histórica como orientadora da pesquisa qualitativa. **Cadernos de Pesquisa**, São Paulo, v. 1, n.116, p. 21-40, 2002.
- GIL, A. C. **Métodos e Técnicas em Pesquisa Social**. 5 ed. São Paulo: Atlas, 1999.
- GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. São Paulo: Atlas, 2002.
- GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2008.
- GODOY, A. S. Introdução à pesquisa qualitativa e suas possibilidades. **RAE – Revista de Administração de Empresas**, São Paulo, v. 35, n. 2, p. 57-63, 1995.
- GUIMARÃES, M. R. **Um novo mundo é possível**. São Leopoldo: Sinodal Editora, 2004.
- HAMILTON, C. V.; KWANE, T. **Black Power: Politics of Liberation in America**. Nova York: Random House, 1967.
- HEGEL, G. W. F. **Filosofia da história**. 2. ed. Brasília/DF: Editora UnB, 2008.
- IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Cidades: Bambui/MG**. 2020. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/mg/bambui/panorama>. Acesso em: set. 2021.
- KAMEN, H. **Caminos de la tolerância**. Madrid: Guadarrama. 1967.
- LEWONTIN, R. C. **Biologia como ideologia: a doutrina do DNA**. Ribeirão Preto: Funcitec, 2000.
- MBEMBE, A. **Crítica da razão negra**. São Paulo: N-1, 2018.
- MARIANO, R. Pentecostais em ação: a demonização dos cultos brasileiros. In: SILVA, V. G. *et al.* **Intolerância Religiosa: impactos do neopentecostalismo no campo 108 religioso afro-brasileiro**. São Paulo: Editora da USP, 2015.
- MEDRADO, J. Intolerância religiosa. In: SANTOS, I.; FILHO, A. E. (Orgs.) **Intolerância religiosa x Democracia**. Rio de Janeiro: CEAP, 2009.
- MENDES, M. M. Raça e racismo: controvérsias e ambiguidades. **Revista Vivência**, v.1, n. 39, p.101-123, 2012.
- MEYER, D. Existem Raças Humanas? **Darwinianas A Ciência em Movimento**, jan. 2017. Disponível em: <https://darwinianas.com/2017/01/17/existem-racas-humanas/>. Acesso em: 22 out. 2020.

MINAYO, M. C. Ciência, técnica e arte: o desafio da Pesquisa Social. In: MINAYO, M. C. (Org.) **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. Petrópolis/RJ: Vozes, 2001.

MOREIRA, A. J. **O que é discriminação?** Belo Horizonte: Letramento, 2017.

NOGUEIRA, S. **Intolerância Religiosa**. São Paulo: Pólen, 2020.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BAMBUI. **Bambui: dados gerais**. 2021. Disponível em: <https://www.bambui.mg.gov.br/dados-gerais> . Acesso em: 21 set. 2021.

QUIJANO, A. Colonialidad del Poder, Cultura y Conocimiento en América Latina. **Anuário Mariateguiano**, Lima, v. 9, n. 9, 1997.

QUIJANO, A. Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina. In.: LANDER, E. (Org.). **A Colonialidade do Saber: Eurocentrismo e Ciências Sociais – Perspectivas Latino-americanas**. Buenos Aires: Clacso, 2005.

QUIJANO, A. A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais. In.: LANDER, E. (Org.). **A Colonialidade do Saber: Eurocentrismo e Ciências Sociais – Perspectivas Latino-americanas**. Buenos Aires: Clacso, 2005.

REVISTA VEJA. **Brasil tem denúncia de intolerância religiosa a cada 15 horas**. 2020. Disponível em: <https://veja.abril.com.br/brasil/brasil-tem-uma-denuncia-de-intolerancia-religiosa-a-cada-15-horas/>. Acesso em: 21 out. 2020.

RIOS, R. R. **Direito da antidiscriminação: discriminação direta, indireta e ações afirmativas**. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2008.

ROCHA, R. M. C. **Educação das relações étnico raciais: pensando referenciais para a organização da prática pedagógica**. São Paulo: Mazza Editora, 2007.

ROCHA, J. G.; PUGGIAN, C.; RODRIGUES, L. Religiões de matrizes africanas: dilemas da intolerância na contemporaneidade. **Debates do NER**, Porto Alegre, v. 12, n. 20 p. 145-164, jul./dez. 2011.

ROCHA, J. G.; RODRIGUES, L. As sagas da intolerância religiosa. In: LIMA, J.; ROBERTI, A.; SANTOS, E. (Orgs.) **Pensando a história: reflexões sobre as possibilidades de se escrever a história através de perspectivas interdisciplinares**. Rio de Janeiro: Letra Capital, 2013.

RODRIGUES, M. C. M. M. **Redes educativas e o diálogo pela liberdade religiosa: uma narrativa com Kayllane**. 2017. 106f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2017.

ROMILLY, J. A Grécia Antiga contra a intolerância. In: BARRET, C (Org.). **A intolerância – Foro Internacional sobre a Intolerância de 1997**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2000.

RUDIO, F. V. **Introdução ao projeto de pesquisa científica**. 30. ed. Petrópolis: Vozes, 2002.

RUFINO, L. **Exu e a Pedagogia das Encruzilhadas**. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2015.

RUFINO, L. **Pedagogia das Encruzilhadas**. Rio de Janeiro: Mórula Editora, 2019.

SANTOS, J. E. **Os Nagôs e a Morte**. Petrópolis/RJ: Vozes, 2008.

SAVIANI, D. **História das ideias pedagógicas no Brasil**. 4. ed. Campinas/SP: Autores Associados, 2013.

SILVA, N. F. I. Africanidade e religiosidade: uma possibilidade de abordagem sobre as sagradas matrizes africanas na escola. *In*: BRASIL. **Educação anti-racista: caminhos abertos pela Lei federal 10.639/03**. Brasília: MEC/SECADI, 2005.

SILVA, C. A.; RIBEIRO, M. B. **Intolerância religiosa e direitos humanos: mapeamentos de intolerância**. Porto Alegre: Editora Universitária Metodista, 2007.

SILVA, M. V. Liberdade, democracia e intolerância religiosa. *In*: SANTOS, I.; FILHO, A. E. (Orgs.) **Intolerância religiosa x Democracia**. Rio de Janeiro: CEAP, 2009.

SILVA, V. G. **Exu: o guardião da casa do futuro**. Rio de Janeiro: Pallas, 2015.

SOUZA, M. D. Denúncias de intolerância religiosa aumentaram 56% no Brasil em 2019. **Brasil de Fato**, 2020. Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2020/01/21/denuncias-de-intolerancia-religiosa-aumentaram-56-no-brasil-em-2019>. Acesso em: 20 out. 2020.

STE-CROIX, G. E. M. **Por que foram perseguidos os primeiros cristãos?** Estudos sobre a história antiga. Madrid: Akal, 1981.

VIVEIROS, J. **Tudo sobre Ogum** – o Orixá Ferreiro e Grande Guerreiro. 2019. Disponível em: <https://www.iquilibrio.com/blog/espiritualidade/umbanda-candomble/tudo-sobre-ogum/> Acesso em: 12 nov. 2021.

VYGOTSKY, L S. O problema de método. *In* VYGOTSKY, L.S. **A formação social da mente**. São Paulo: Martins Fontes, 1991.

WOOD, E. M. **Democracia contra o capitalismo: a renovação do materialismo histórico**. São Paulo: Boitempo, 2011.

## **APÊNDICE – UMA PROPOSTA DIDÁTICA SOB A PERSPECTIVA DA PEDAGOGIA DAS ENCRUZILHADAS**

**Tema:** Ogum no ensino interdisciplinar das Ciências Humanas - Idade do Ferro em África.

**Disciplinas:** História.

**Público Alvo:** Ensino Médio (1º Ano).

**Conteúdo:** Idade do Ferro.

**Competência da BNCC:** (EM13CHS202) Analisar e avaliar os impactos das tecnologias na estruturação e nas dinâmicas de grupos, povos e sociedades contemporâneos (fluxos populacionais, financeiros, de mercadorias, de informações, de valores éticos e culturais etc.), bem como suas interferências nas decisões políticas, sociais, ambientais, econômicas e culturais.

### **Desenvolvimento:**

#### ***De onde veio Ogum***

A cidade de Ire Ekiti na Nigéria, localizada no Estado de Ekiti, é conhecida na tradição Yorubá como um lugar de fundação por Ogum. Foi lá onde Ogum cravou sua espada no chão e sumiu da terra, deixando apenas um grande assentamento de ferro, onde até hoje é um lugar de cultos ao orixá na Nigéria.

#### ***Idade do Ferro***

Entre os séculos V e II a.C., algumas sociedades africanas, na região da chamada África subsaariana (ao sul do deserto do Saara), viviam a chamada Idade do Ferro. Naquele momento, elas aprenderam a manipular o ferro e forjaram armas e utensílios diversos com esse metal. Uma das culturas que constituíram as civilizações da Antiguidade no continente africano foi a Nok, civilização que se desenvolveu na região da atual Nigéria, entre os anos 100 e 300 a.C.

A manipulação do ferro proporcionou enormes transformações naquelas sociedades africanas. Com o advento do ferro, as sociedades africanas passaram a produzir armas de caça mais resistentes, eficazes e eficientes. As civilizações que tiveram contato com a metalurgia do ferro passaram a controlar o poder e a submeter outros povos da região que ainda não tinham contato com o metal. Portanto, o ferro proporcionou a expansão da área de ocupação das civilizações que faziam parte da Idade do Ferro.

### *Quem é Ogum*

Ogum é símbolo de luta e conquistas, um Orixá muito respeitado e cultuado aqui no Brasil. Tem um dos mais fortes sincretismos, representado por São Jorge, também destemido guerreiro e que nunca abandonou sua causa. Ogum é temido guerreiro que sempre lutou sem parar contra todos que o desafiassem ou procurassem por sua fúria. É também irmão amoroso, filho de Iemanjá, irmão mais velho de Exú e Oxóssi, pelo qual sempre teve grande estima, ele que fez suas armas com suas próprias mãos. Ogum passou para todos os seres humanos o conhecimento sobre batalhas e o trabalho com o metal, trazendo a evolução para toda a humanidade.

### *A história de Ogum*

A história Ogum sobre como esse guerreiro virou Orixá conta-se que um dia, ele foi requisitado para uma batalha que não havia data certa para finalizar. Sendo assim, ele solicitou para seu filho que era o dono do trono de Irê, dedicar um dia no ano em seu nome enquanto ele estivesse em batalha, toda população deveria jejuar e fazer silêncio. Dessa forma ele partiu e permaneceu durante sete anos em batalha.

Ao retornar sedento e faminto, bateu em diversas casas pedindo bebida e comida, mas ninguém o atendia, o silêncio na cidade era absoluto. Enfurecido pela falta de consideração da população, Ogum não se controlou e dizimou toda a aldeia a fio de espada. O Orixá só parou quando seu filho apareceu e com a ajuda de Exú, controlou a fúria do pai sem entender o que o motivou a tamanha atrocidade. Ogum então se explicou, disse que as pessoas deveriam ter-lhe recebido com festa e presentes, mas ao contrário, quando pediu uma bebida pois estava morto de sede, eles o ignoravam. Seu filho então o lembrou do pedido que ele fez antes de sair da vila, de um dia de homenagem em silêncio, e aquele era o dia. Tomado por vergonha e remorso, Ogum abriu o chão com sua espada e se enterrou de pé.